

O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964

Jorge Ferreira

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Ainda é difícil, para os historiadores, determinar as relações entre indivíduo e sociedade, entre livre-arbítrio pessoal e determinismo social, sobretudo o econômico. Sabemos, no entanto, que a problemática que contrapõe indivíduo e sociedade refere-se a uma falsa questão. Segundo Phillippe Levillain, com o esgotamento das teorias globalizantes, principalmente o estruturalismo, foi possível avaliar que, embora os indivíduos sejam modelados pela sociedade, eles, por sua vez, manifestam preferências que devem ser explicadas (1996, p. 168). Apesar do avanço nas reflexões sobre o tema, a historiografia sobre o governo de João Goulart e o golpe civil-militar de 1964, via de regra, ainda tem como referência paradigmas tradicionais, ora culpabilizando um único indivíduo, ora referindo-se, ainda que não explicitamente, a estruturas que determinam, de maneira irreversível e inelutável, o destino das coletividades.

Começemos por aqueles que preferem personalizar a História. Para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado. Para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista-leninista, o presidente era um líder burguês de massa, uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora. Portanto, sua origem de classe teria permitido o golpe. Além disso, segundo muitas interpretações, incluindo a de diversos historiadores, um consenso: tratava-se de um "populista". Nas palavras de Thomas Skidmore, aliás, "um populista de pouco talento" (1969, p. 238). Neste caso, portanto, direitas, esquerdas e liberais se unem em uma mesma explicação: o comportamento, a personalidade e a incapacidade política de um único indivíduo atuaram como fatores

decisivos, se não determinantes, para o golpe. Assim, em uma análise tradicional, superada na historiografia e teoricamente inaceitável, o regime instaurado em março de 1964 que, durante duas décadas, mudou a face do país, gerando um processo político, econômico, social e cultural de grandes proporções, teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo.

Da explicação individual, outras análises voltam-se para as grandes estruturas. Primeiro, a mais conhecida e disseminada: março de 1964 significou o "colapso do populismo no Brasil". Octávio Ianni (1975), em interpretação que se tornou clássica, compreende o golpe como o resultado da contradição entre a crise estrutural do padrão agrário-exportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista e associativo com empresas estrangeiras.¹ A explicação estrutural obteve grande aceitação nas reflexões de diversos estudiosos. Segundo a crítica de Argelina Figueiredo, Guilherme O'Donnell, por exemplo, aproximou excessivamente estágios de industrialização com regimes autoritários. Para o autor, o processo de industrialização por substituição de importações, em um certo estágio, atinge um nível em que o crescimento econômico exige regimes autoritários na regulação dos conflitos. Para Fernando Henrique Cardoso, em visão ainda mais determinista — continua a autora em sua crítica —, o processo de acumulação de capital necessita de formas autoritárias de gestão, desarmando as classes populares e reestruturando os mecanismos de acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas. Na avaliação de Argelina Figueiredo, em interpretações como essas o determinismo econômico é evidente. As análises "presumem uma coincidência perfeita entre requisitos estruturais e ações individuais ou grupais, sem especificar o mecanismo através do qual a 'necessidade' se realiza na ação" (Figueiredo, 1993, p. 23-24).

A concepção de que estruturas econômicas, independentemente da própria sociedade que as produziram, tornam-se sistemas fechados, com poder de auto-regulação, dominando as iniciativas e as crenças das pessoas, não é levada mais a sério. A tese que sustenta a inevitabilidade do golpe militar com base nas mudanças no padrão de acumulação de capital que ocorreram ainda no governo Juscelino está, hoje, desacreditada. Trata-se de um determinismo econômico oriundo de um marxismo que elimina os atores coletivos — sejam eles grupos organizados ou classes sociais — bem

como o conflito entre eles.² Se tudo estaria determinado pelo padrão de acumulação, o destino da sociedade já estaria traçado, independente dos projetos, interesses e da luta social entre os atores envolvidos. Nada a fazer, portanto. Por essa interpretação, travestida de marxismo, mas de evidente enfoque estruturalista, não teria havido golpe militar ou acirramento das lutas sociais no Brasil. Teria havido, simplesmente, "crise de acumulação", ou "do populismo".

Uma outra interpretação, que não deve ser minimizada, fala, por sua vez, da Grande Conspiração, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros — a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista — com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano. A conspiração direitista interna-externa, desse modo, teria sido o fator fundamental para a crise política de 1964. Nesse tipo de análise, adotada muitas vezes pelos próprios trabalhistas para explicar a queda de Goulart, igualmente minimiza-se a participação dos grupos e das classes sociais que atuaram de maneira conflituosa dentro do país, deslocando para o exterior os protagonistas da própria história vivida pela sociedade brasileira. Nesse sentido, o "culpado" pelo golpe teria sido o Outro, o "estrangeiro". Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentaram golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas no governo de Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio da sociedade para o golpe. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante.

Para compreender as dificuldades vividas pelo governo de João Goulart e a crise política que permitiu a formação de um amplo arco de alianças entre grupos civis e militares que culminou com sua deposição, recorrerrei ao método histórico, reconstituindo as identidades e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles patrocinaram.

O GOVERNO PARLAMENTARISTA

No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional em clima de grande entusiasmo, apesar de assumir o poder em uma conjuntura muito difícil. Saiu do país como vice e voltou como presidente, sem mesmo saber se assumiria. Nem tempo para o necessário planejamento de seu governo encontrou. Tornou-se presidente da República sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além da delicada situação política. Ainda mais grave, Goulart não tinha como implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo "híbrido", o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com a sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas. Contudo, a coalizão democrática, formada por diferentes correlações de forças, não chegou a um consenso no sentido de manter as regras constitucionais, sobretudo na questão da manutenção do presidencialismo. A solução de compromisso, portanto, foi a de restringir os poderes de Goulart com o parlamentarismo, impedindo o golpe, mas também frustrando os grupos nacionalistas e de esquerda que lutavam pelas reformas de base (Figueiredo, 1993, p. 51).

A estratégia do presidente era a de desarmar os seus opositores conservadores, procurando ampliar sua base política com o apoio do centro, sobretudo com o PSD, mas, ao mesmo tempo, não querendo abrir mão de suas relações com as esquerdas. Assim, o primeiro gabinete, nomeado em 8 de setembro e denominado de "conciliação nacional", foi chefiado por Tancredo Neves, do PSD, partido de maior representação na Câmara. Mesmo diante das dificuldades e limitações, Goulart implementou um programa nacionalista mínimo. Em outubro de 1961, o gabinete aceitou a proposta do Ministério das Minas e Energias para cancelar as concessões de exploração de minério de ferro em Minas Gerais feitas ao grupo norte-americano Hanna Company. Além disso, Goulart deu continuidade à política externa indepen-

dente, iniciada por seu antecessor. Visando sobretudo ampliar os mercados para exportação, estabeleceu relações diplomáticas com os países do bloco socialista e, em novembro de 1961, com a União Soviética. Coerente com a nova política externa, o governo brasileiro rechaçou as sanções que os Estados Unidos propuseram contra Cuba, bem como a intervenção militar na ilha. Na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, o chanceler San Tiago Dantas defendeu a neutralidade em relação a Cuba, opondo-se aos Estados Unidos que pretendiam impor a sua política aos países latino-americanos.

Contudo, também nas semanas iniciais de seu governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas. Os três ministros militares de Jânio Quadros, logo que entregaram os cargos, passaram a tramar a destituição de Goulart, sobretudo o marechal Odílio Denys, com o apoio, inclusive, de um grupo de empresários cariocas. A eles juntaram-se os generais Cordeiro de Farias e Olímpio Mourão. Em São Paulo, entraram em contato com vários coronéis, a exemplo de Jaime Portela, e políticos conservadores, como Herbert Levi e Abreu Sodré. Entretanto, o grupo sabia que não tinha bases políticas, sociais e, sobretudo, militares para levar adiante os planos. Os conspiradores enfrentavam as mesmas dificuldades de episódios anteriores: convencer e arregimentar a maioria da oficialidade a aderir ao golpismo. De fato, para grande parte dos oficiais das três Armas, uma coisa era não gostar de Goulart e de sua política reformista; outra, muito diferente, era derrubar um governo legítimo que alçou o poder dentro das regras democráticas e constitucionais.

Um dos problemas enfrentados pelo presidente foi o acirramento das lutas no campo. Procurando formas de organizações, já no governo Kubitschek os trabalhadores rurais de Pernambuco organizaram-se nas chamadas Ligas Camponesas. Dois meses após tomar posse na presidência, realizou-se, em Belo Horizonte, o I Congresso Camponês. Goulart discursou na abertura do evento. Os cerca de 1.600 delegados, vindos de todo o país, apresentavam propostas radicais. Francisco Julião, falando no encerramento do encontro, afirmou que "a reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue". A questão da reforma agrária, na verdade, impunha problemas de difícil solução. As iniciativas do presidente não avançavam principalmente pelo artigo 141 da Constituição que previa pagamento prévio em

dinheiro por desapropriações feitas por interesse público. Assim, enquanto as esquerdas defendiam o pagamento em títulos da dívida pública, os conservadores não aceitavam a alteração do artigo constitucional. Com a intransigência das partes, Goulart não encontrou condições políticas para enviar ao Congresso Nacional um projeto de reforma agrária. A grande dificuldade que ele enfrentava era que as esquerdas estavam empenhadas em uma estratégia maximalista de reformas, descartando concessões, negociações ou compromissos (Figueiredo, 1993, p. 53). O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, despontando como grande liderança no campo da esquerda, afirmava que o Poder Legislativo, ao aceitar a emenda do parlamentarismo, perderia a legitimidade política. Assim, incitava Goulart a fechar o Congresso, assumir seus poderes de fato e realizar as reformas, sobretudo a agrária, desconhecendo a Constituição.

Um problema que se apresentou muito difícil ao presidente foi quando, dias depois do término da Conferência de Punta del Este, Leonel Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph, acirrando ainda mais a crise entre o governo brasileiro e o norte-americano. Já em 1959, Brizola havia encampado a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power, grupo ligado a Bond & Share. De fato, ambas as empresas negavam-se a investir na infra-estrutura e na expansão energética e de comunicações, comprometendo, assim, as possibilidades de desenvolvimento do estado, embora continuassem a remeter seus lucros para o exterior. No entanto, para o governo dos Estados Unidos, as medidas não passaram de um confisco ilegal das autoridades brasileiras. Apesar disso, o governo federal apoiou as nacionalizações no Rio Grande do Sul e instituiu um grupo de trabalho para promover a implantação da Eletrobrás.

Além desses problemas, Goulart herdou uma pesadíssima crise econômico-financeira. Entre a posse de Jânio Quadros e a dele, foram emitidos 87 bilhões de cruzeiros. Desse total, 58 bilhões foram emitidos nas duas semanas em que os ministros militares tomaram o poder. O reflexo imediato foi o crescimento dos índices de inflação que, em 1961, alcançou a casa dos 45%. No dizer de Amir Labaki, "a batata quente que JK passara a JQ chegaria pelando ainda mais às mãos de JG. No governo deste, ficaria estorricada"

(1986, p. 142-143). Recebendo de seu antecessor uma difícil situação econômica, marcada por grave crise financeira, que já vinha do final do governo Kubitschek, Goulart viajou, em abril de 1962, para os Estados Unidos. Os objetivos eram buscar recursos e discutir temas que dificultavam as relações entre os dois países, sobretudo no tocante a nacionalizações e à questão cubana. O ministro da Fazenda, Walter Moreira Salles, implementando uma política econômico-financeira ortodoxa, com um programa rígido de combate à inflação, esforçava-se para ganhar a credibilidade dos banqueiros internacionais. A viagem de Goulart, portanto, tinha por objetivo apoiar as medidas de seu ministro. Em sua visita aos Estados Unidos, ele não se apresentou como um presidente de um país submisso e sem personalidade. No entanto, seus esforços renderam poucos resultados. A ajuda de 131 milhões de dólares ao Nordeste foi retida com a insistência norte-americana em controlar sua aplicação. Os diretores do FMI não acreditaram que Goulart levasse adiante um duro programa de combate à inflação (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 1.512).

O presidente retornou ao Brasil com grande prestígio pelo encontro com Kennedy, reduzindo, inclusive, as apreensões dos grupos conservadores. No entanto, sem os recursos externos tão esperados, a situação econômica deteriorou-se ainda mais com o aumento dos índices inflacionários. Os conflitos de terras no interior se acirraram, sobretudo com o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira e com a invasão de cidades de Pernambuco por multidões famintas, com saques a mercados e armazéns.

A RADICALIZAÇÃO DAS ESQUERDAS

Logo que assumiu o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária,

além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas. Embora heterogêneos e nem sempre unidos, os grupos de esquerdas e os representantes do nacionalismo formaram, no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de "coalizão radical pró-reformas" (1993, p. 66). Eram eles o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes através da UNE e, inclusive, uma pequena organização trotskista. Leonel Brizola, nesse momento, surgiu como a grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, pressionando Goulart para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária. Embora com orientações diversas, para os grupos que formavam a "coalizão radical pró-reformas", a palavra de ordem tornou-se "reforma agrária na lei ou na marra".

O PCB, o grande partido de esquerda marxista da época, participava ativamente da vida política do país nesse momento. Superando a linha ultraesquerdista e sectária que vinha adotando até então, o partido, com a Declaração de Março de 1958, passou a reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, bem como a defender, no Brasil, um governo que, unindo operários, camponeses e burguesia nacional, patrocinasse uma política nacionalista e reformista, sobretudo no tocante à questão agrária. Portanto, um programa similar ao dos próprios trabalhistas. Ao abrir-se para a sociedade e aliar-se ao PTB, sobretudo no campo sindical, o Partido Comunista Brasileiro conheceu um crescimento político importante.

A União Nacional dos Estudantes, por sua vez, conheceu um processo de politização crescente desde o início do governo Kubitschek, culminando com a radicalização esquerdista a partir de 1961. As expressões "revolução" e "união operário-estudantil-camponesa" eram freqüentes em seus textos. Hegemonizada pela Juventude Universitária Católica (JUC) — depois rebatizada de Ação Popular (AP) —, mas aliada aos comunistas do PCB, a UNE

atraía a participação e o engajamento dos estudantes mais politizados. A aproximação deles com trabalhadores rurais, sindicalistas e sargentos, bem como, mais adiante, com cabos, marinheiros e fuzileiros navais estava coerente com a proposta da aliança operário-camponesa-estudantil-militar.³ A intelectualidade, sobretudo ligada ao ISEB em sua última fase, igualmente se engajou no processo nacional-revolucionário. A edição dos *Cadernos do Povo Brasileiro* surgia como uma proposta de conscientizar o povo e, assim, contribuir para a eclosão da revolução brasileira. No campo, as lutas se acirravam, sobretudo no Nordeste com a formação das Ligas Camponesas. Em Pernambuco, a grande liderança do movimento, Francisco Julião, passou a interpretar a realidade rural nordestina pelo processo revolucionário cubano. A miséria dos camponeses, a economia açucareira e o latifúndio permitiam que Julião comparasse o interior pernambucano com Cuba pré-revolucionária. Em 9 de outubro de 1962, o programa da organização era publicado no jornal *A Liga*: "É hora da aliança operário-camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população." (Citado em Moraes, 1989, p. 259.)

O movimento de organização dos subalternos das Forças Armadas, sargentos em particular, havia começado no governo de Juscelino, com a disseminação de clubes de suboficiais das três Forças por todo o país. A reivindicação inicial era pela estabilidade funcional. Contudo, no início da década de 1960, a luta era outra. O sentimento nacionalista e reformista não circulava apenas na oficialidade, mas também entre os subalternos. Sobretudo com a crise política de agosto de 1961, os sargentos entraram no cenário político como força atuante no campo da esquerda. O processo de politização dos subalternos das Forças Armadas foi crescente, especialmente após a Campanha da Legalidade. Apresentando-se como o "povo em armas", afinados com as demandas de democratização que se abriam para os "de baixo", eles aprofundaram as suas reivindicações. Em seus clubes e associações, passaram a indicar candidatos ao Congresso Nacional — algo que, na Constituição, como estava redigida, dava interpretações dúbias, tanto a favor quanto contra a sua elegibilidade. Com o slogan "sargento também é povo", diversos deles concorreram a cargos eletivos em vários estados. A aproximação dos sargentos com os estudantes e os sindicalistas era, em 1963, uma reali-

dade. Com o tempo, muito rapidamente, o movimento cresceu, sendo que uma maioria significativa de seus integrantes passou a seguir a liderança de Leonel Brizola. A aliança que se estabelecia entre os sargentos e o CGT, as Ligas Camponesas, a UNE e as organizações de esquerda revolucionária abria novas perspectivas para a campanha reformista e nacionalista. Para operários, camponeses, estudantes e militantes de esquerda, surgia a oportunidade de terem o que ainda faltava para o embate com os conservadores: militares em armas. Para os suboficiais, o apoio dos movimentos populares os ajudaria a pressionar a cúpula militar na supressão de arbitrariedades e discriminações que sofriam nos quartéis, “democratizando” as Forças Armadas. Afinal, para todos eles, “sargento também é povo” (Paruker, 1992, p. 85-86). Para as chefias militares, no entanto, tudo aquilo surgia como algo intolerável.

Outros grupos de esquerda, menos conhecidos pela sociedade, a maioria aderindo ao modelo leninista de organização, defendiam propostas de revolução seguindo as experiências em voga, seja a chinesa ou a cubana, como o PC do B; o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) — POR-T; a Organização Revolucionária Marxista, editando o jornal *Política Operária*, e daí ORM-POLOP; e a Ação Popular, conhecida como AP. Na avaliação de Darcy Ribeiro, as pequenas esquerdas radicais não toleravam o governo de Goulart. Lutavam pela revolução socialista imediata e “seu propósito era derrubar o governo” (1998, p. 297).

Por fim, os nacional-revolucionários, maneira como os seguidores de Leonel Brizola se autodefiniam. Desde o início de sua carreira, Brizola mantinha relações políticas, de amizade e de parentesco com João Goulart. Surgindo como o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de Goulart, Brizola ganhou grande legitimidade no partido. Contudo, foram algumas medidas tomadas no governo do Rio Grande do Sul, durante a Campanha da Legalidade, que o projetaram como liderança no campo das esquerdas. Medidas ousadas — como a encampação de empresas norte-americanas e a criação de 680 mil vagas escolares, mas sobretudo o fato de ter enfrentado, com grande coragem e determinação, a direita civil-militar na crise de agosto de 1961 — lançaram seu nome como líder da facção mais esquerdista dos petebistas. Mesmo personalidades e grupos políticos pertencentes a outras organizações, inclusive revolucionárias, passaram a reconhecer a sua li-

derança. Em 1962, a seção carioca do PTB lançou seu nome como deputado federal. Brizola obteve a maior votação proporcional já obtida no país, com 269 mil votos. Seu prestígio político no campo das esquerdas, nesse momento, era imenso, passando inclusive a rivalizar com o próprio presidente da República no campo popular, nacionalista e de esquerda.

Brizola unificava as esquerdas e daí sua ousadia no desafio. Seu nome passou a significar o que de mais a esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando idéias e crenças de grupos heterogêneos e muitas vezes divergentes. No início de 1963, sob sua liderança, surgiu a Frente de Mobilização Popular, qualificada por Ruy Mauro Marini como um “parlamento das esquerdas” (Citado em Neves, 1989, p. 236). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. Apresentando-se como uma espécie de Frente Única de Esquerda, a organização liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro, inclusive as de centro. Na FMP estavam representados os estudantes, por meio da UNE; os operários urbanos, com o CGT, a CNTI, o PUA e a CONTEC; os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais em suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do grupo compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista, a exemplo de Sérgio Magalhães, Doutel de Andrade, Abguar Bastos, Oswaldo Lima Filho, Bocaiúva Filho, entre outros. A penetração da FMP entre os subalternos das Forças Armadas era algo sem precedentes. Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. Segundo Herbert de Souza, o Betinho, na época militante da AP, a FMP foi uma vivência rica para as esquerdas. “Foi uma experiência aberta, um fórum de debates, de articulação, de politização” (citado em Moraes, 1989, p. 259).

Cabe, por fim, uma ressalva. Muitas interpretações, com tendências a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e ter provocado o golpe militar. Seu radicalismo, sua intolerância, seu sectarismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para a sua deposição. Ora, analisando os componentes da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu Leonel Brizola como líder do movimento. Naquele momento, ele interpretava as suas idéias, crenças e projetos e, exatamente por isso, teve sua liderança reconhecida. Se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum. Era essa a esquerda brasileira da época, que vivia uma experiência de radicalização crescente.⁴

Seja como for, a euforia inicial com a posse logo foi transformada em impaciência. Afinal, estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais e esquerdas acreditavam que havia chegado a hora das reformas. No entanto, Goulart intitulou o primeiro ministério parlamentarista de "gabinete da conciliação". Da impaciência, partiram para a acusação. A diretoria da UNE, militantes do CPC, a intelectualidade marxista, organizações revolucionárias, ativistas sindicais e muitos sargentos, de maneira similar aos outros grupos esquerdistas, passaram a exigir do presidente o fim da política de "conciliação" com os conservadores. "Conciliação", aliás, era o termo mais insultuoso entre eles naquele momento.

O conflito entre as esquerdas, que mobilizavam os trabalhadores nas ruas, e os conservadores, com a maioria no Congresso, girava sobretudo em torno de como implementar a reforma agrária. Para as esquerdas, a mudança da estrutura fundiária no país não poderia acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição, sob o risco de se tornar, como se dizia na época, uma "negociata rural". O PSD, maioria no Congresso e fiel da balança, concordava com indenizações com títulos da dívida pública e, avançando para o perfil conservador do partido, aceitava que os princípios das

desapropriações por interesse social atingissem apenas o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado. No entanto, para a coalizão radical pró-reformas, qualquer proposta que incluísse indenizações era inaceitável. Assim, desconhecendo o poder de veto da maioria parlamentar conservadora do Congresso, as esquerdas partiram para a estratégia de pressionar o governo e mobilizar os trabalhadores nas ruas, excluindo, nas palavras de Argelina Figueiredo, concessões ou compromissos políticos (1993, p. 73). Em processo crescente de radicalização, atacavam o Congresso Nacional e exigiam de Goulart medidas radicais e imediatas.

O presidente, procurando ser fiel aos seus compromissos nacionalistas, não abria mão das reformas. No entanto, naquele momento, o seu objetivo mais imediato era recuperar seus poderes. Ele mostrava impaciência com as amarras do parlamentarismo que tolhiam suas ações, sobretudo impedindo-o de realizar as reformas de base. Assim, em maio de 1962, procurou aproximar-se dos setores nacionalistas e de esquerda, afastando-se do conselho de ministros, cuja maioria não compactuava com idéias reformistas. Com as novas determinações presidenciais, o "gabinete da conciliação", a política de compromisso e de união nacional perderam o sentido. Assim, ele deu início à campanha de retorno ao presidencialismo. Com o pretexto de se desincompatibilizarem para concorrerem às eleições de outubro de 1962, todos os ministros pediram demissão em 26 de junho (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 1.513).

DE VOLTA PARA O PRESIDENCIALISMO

Com a renúncia de Tancredo Neves, San Tiago Dantas recebeu o apoio das forças de esquerdas, dos grupos nacionalistas e do movimento sindical para assumir o cargo de primeiro-ministro. Goulart o indicou para chefiar o gabinete. Os conservadores, no entanto, não viram a escolha de Dantas como a mais sensata, particularmente pela sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, onde patrocinou a política externa independente. Assim, udenistas e pessedistas vetaram a sua indicação. Diante da resistência dos parlamentares conservadores, Goulart nomeou um deles para o cargo,

Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. A aprovação do nome ocorreu sem problemas no Congresso, apenas com os votos contrários do PTB. A reação das esquerdas foi imediata. O movimento sindical deflagrou uma greve geral pela nomeação de um gabinete nacionalista. Auro Moura, sem alternativas, renunciou. A manobra de Goulart, nesse episódio, foi bem-sucedida. Sua intenção era a de criar um impasse. Não podendo indicar um nome progressista, indicou o de um conservador, despertando reações das esquerdas e desgastando o sistema parlamentarista. A questão da sucessão do gabinete foi resolvida com a indicação de Francisco de Paula Brochado da Rocha, ex-secretário do Interior e Justiça do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Seu nome foi aprovado com ampla maioria de votos. No entanto, líderes sindicais vetaram a indicação de dois ministros do novo gabinete.

Com um novo ministério, Goulart assumiu o compromisso de adotar um programa de combate à inflação e antecipar para dezembro o plebiscito sobre a continuidade do regime parlamentarista. Uma das primeiras medidas do novo primeiro-ministro foi solicitar ao Congresso delegação de poderes ao governo para legislar sobre o monopólio da importação de petróleo e derivados, o comércio de minérios e materiais nucleares, o controle da moeda e do crédito, o Estatuto do Trabalhador Rural, os arrendamentos rurais e as desapropriações por interesse social. Além disso, propôs a criação de um órgão estatal para viabilizar a reforma agrária (Victor, 1965, p. 440). A medida, polêmica, logo sofreu oposição de políticos conservadores e empresários. A crise econômica e financeira, no entanto, se agravava. Assim, em 1962, a inflação no estado da Guanabara chegou a 47,2%, quando em 1960 havia sido de 23,7%. Para Goulart, os índices negativos e a instabilidade financeira e econômica resultavam da dinâmica do parlamentarismo, regime que impedia a implantação das reformas de base. A radicalização política, por sua vez, fragilizava ainda mais o governo. Em setembro, Leonel Brizola, falando em nome das esquerdas, defendeu o fechamento do Congresso Nacional e pediu que o Exército restaurasse os poderes presidenciais de Goulart. Lacerda, mais uma vez, denunciou o perigo de golpe comunista prestes a ocorrer.

Em agosto, os ministros militares se manifestaram pedindo a antecipação do plebiscito. As pressões dos setores nacionalistas do Exército e das li-

deranças sindicais levaram Brochado da Rocha a pedir nova delegação de poderes ao Congresso e a marcar a data do plebiscito para 7 de outubro de 1962. Com a segunda negativa do Congresso em delegar poderes ao governo, o gabinete de Brochado da Rocha renunciou em 14 de setembro. O CGT imediatamente decretou greve geral, com o apoio discreto da ala nacionalista do Exército. Leonel Brizola, em Proclamação ao Povo Brasileiro, denunciou o Poder Legislativo: "O povo não poderia esperar outra coisa de um Congresso constituído, em sua maioria, de latifundiários, financistas, ricos comerciantes e industriais representantes da indústria automobilística, empreiteiros e integrantes das velhas oligarquias brasileiras" (citado em Victor, 1965, p. 444). Sob pressão do movimento sindical, das esquerdas e dos próprios militares, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Com Hermes Lima no cargo de primeiro-ministro, o novo ministério foi empossado em 18 de setembro de 1962. Nesse momento, porém, o parlamentarismo era um regime em descrédito. Goulart, que tudo fazia para inviabilizá-lo, passou, a partir daí, a realizar uma campanha para retornar ao presidencialismo. Grupos conservadores, as esquerdas e mesmo o empresariado uniram-se pela volta ao antigo regime.

A coalizão radical, no entanto, avançava em sua estratégia do confronto. Um episódio é revelador do clima de radicalização no país. Segundo Flávio Tavares, o Serviço de Repressão ao Contrabando descobriu, no interior de Goiás, um campo de treinamento militar das Ligas Camponesas. No acampamento, os soldados encontraram bandeiras cubanas, retratos e textos de Fidel Castro e de Francisco Julião, manuais de instrução de combate, planos de implantação de outros futuros focos de sabotagem, descrição dos fundos financeiros enviados pelo governo cubano para montar diversos acampamentos guerrilheiros, bem como esquemas para sublevação armada das Ligas Camponesas em outras regiões do país. Para Flávio Tavares, em pleno regime democrático, "uma agrupação de esquerda preparava a derrubada pelas armas de um governo no qual, pela primeira vez na História do Brasil, havia ministros de esquerda, socialistas e comunistas" (Tavares, 1999, p. 77-79).

Ao mesmo tempo, grupos políticos, empresariais e militares articulavam-se em instituições para conspirarem contra o governo de maneira mais organizada. A primeira delas foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES.

Fundado no início de 1962, inicialmente, publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas e operárias conservadoras. Em fins do mesmo ano, grupos mais conservadores e anticomunistas reorientaram o órgão no sentido de derrubar o governo. Para isso, passaram a se aproximar de setores militares, inclusive recrutando muitos oficiais reformados das Forças Armadas para criar um serviço de inteligência. O IPES passou a estocar armas, inclusive metralhadoras (Silva, 1975, p. 253-256). Entre a sua fundação até março de 1964, gastou cerca de 200 a 300 mil dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, européias e norte-americanas, a organização estendeu sua influência nos jornais e nas agências de publicidade, orientada, segundo Moniz Bandeira, pela CIA. Sempre batendo na tecla do anticomunismo, assustando sobretudo os quartéis com a suposta infiltração esquerdista no governo, o IPES, por meio do general Golbery do Couto e Silva, aproximou-se da Escola Superior de Guerra.

Outra organização era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Igualmente sob orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. Nessas eleições, os gastos no financiamento de candidatos alcançaram, segundo informações do embaixador norte-americano no Brasil, Lincon Gordon, a cifra de 5 milhões de dólares (Bandeira, 1977, p. 65-70). Uma ampla campanha baseada na histeria anticomunista convenceu parcelas significativas da população formada por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores — de que Goulart, de fato, teria intenções de comunizar o país.

Nas eleições de 1962, mesmo com o financiamento empresarial aos candidatos da direita, o PTB aumentou significativamente a sua bancada no Congresso, passando de 66 para 104 deputados, embora a UDN e o PSD, juntos, alcançassem 54% das cadeiras. Leonel Brizola, candidato a deputado federal pelo estado da Guanabara, obteve uma votação extraordinária. Em termos gerais, o resultado das eleições foi avaliado pelo presidente e as esquerdas com otimismo, como um avanço na luta nacionalista e pelas refor-

mas de base. No entanto, a exceção de Pernambuco, com Miguel Arraes, a direita governava importantes estados, com Ademar de Barros em São Paulo, Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul, além de Carlos Lacerda na Guanabara.

Entre as eleições e a realização do plebiscito, Goulart adiou qualquer medida de impacto. No entanto, em busca de recursos, criou tarifa fiscal e empréstimo compulsório sobre energia elétrica, permitindo a rápida implantação da Eletrobrás. O ministro da Fazenda anunciou um plano para estabilizar a moeda e diminuir os déficits do Tesouro — medidas, contudo, sem os resultados esperados. Outras iniciativas foram a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas (COLESTE) e a formação da Zona de Livre Comércio, assim como recomendava o Tratado de Montevideu que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Na área trabalhista, o primeiro-ministro atendeu ao pedido de líderes sindicais de rever o salário mínimo. Inovações verdadeiramente impactantes foram implementadas no campo da educação. Sem contar com a Universidade de Brasília, uma reviravolta no sistema universitário brasileiro, Darcy Ribeiro, no Ministério da Educação, publicou a Enciclopédia da Professora Primária, em nove volumes. Além de uma gramática e um atlas, manuais pedagógicos foram publicados, a exemplo de *Como alfabetizar*, *Como ensinar a ler, a escrever e a contar*, *Como ensinar aritmética*, *Como ensinar ciências naturais*, *Como ensinar história*, *Como organizar a recreação e os desportos na escola*. Outra iniciativa foi o lançamento da Biblioteca Básica Brasileira, em 10 volumes, com 15 mil exemplares cada, enviada para as escolas secundárias e universidades, cobrindo os clássicos brasileiros da literatura, história, língua, entre outras áreas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi finalmente efetivada, determinando que 12,45% do orçamento federal fosse investido exclusivamente em educação (Ribeiro, 1998, p. 265-266).

Contudo, novos problemas surgiram, sendo que a deterioração das relações com os Estados Unidos foi um dos mais difíceis. Inicialmente, em setembro de 1962, quando Goulart assinou a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, anteriormente votada pela Câmara. Depois, a questão cubana, sobretudo com a crise dos mísseis soviéticos. O presidente instruiu o representante brasileiro na OEA que aprovasse o bloqueio econômico à ilha, mas que

se opusesse a qualquer invasão militar. A medida, ambígua, permitiu que as esquerdas formulassem contundentes críticas ao presidente. Kennedy, por sua vez, igualmente criticou a posição de Goulart, lembrando ainda da questão das encampações de empresas norte-americanas, assunto que não fora resolvido (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 15-14). O presidente norte-americano cancelou a viagem que faria ao Brasil em abril, combinada quando Goulart esteve em Washington. O motivo alegado foi a existência de "sinais de esquerdização" do presidente brasileiro. Assim, enviou ao Brasil seu irmão, Robert. A chegada de Robert Kennedy foi inesperada, pretendendo ser, inclusive, sigilosa. Segundo documentos norte-americanos liberados ao público em 2001, sua missão era pressionar Goulart, exigindo dele uma definição ideológica clara a favor dos Estados Unidos em troca de empréstimos em dólar.⁵ Entre momentos de tensão e de cordialidade, Goulart e Robert conversaram por mais de três horas.

Embora convivendo com sucessivas crises, a campanha pelo plebiscito estava nas ruas. Em 6 de janeiro, a população foi às urnas manifestar-se sobre a forma de governo. A vitória de Goulart foi avassaladora: dos 11 milhões e quinhentos mil eleitores, 9 milhões e quinhentos mil, ou cinco em cada seis, aprovaram o retorno do regime presidencialista.⁶

GOULART PRESIDENTE E O PROJETO DE PACTO SOCIAL

Goulart assumiu seus poderes com aprovação maciça da população. O plebiscito, na verdade, era a sua eleição para a presidência da República. Seu prestígio, nesse momento, era imenso. Sobretudo porque seu programa era, como todos sabiam, o das reformas de base. Em 24 de janeiro de 1963, ele empossou o novo ministério, procurando apoio do centro político, como fizera com Tancredo Neves, evitando a radicalização. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas. Para isso, a aliança entre os dois partidos que davam governabilidade ao país, o PSD e o PTB, era fundamental para o sucesso de seu governo. A união das duas agremiações garantiria ao Executivo a maioria necessária no Congresso — sobretudo com os pessedistas — mas, também, o apoio para as reformas,

particularmente com os trabalhistas. Portanto, a estratégia política de Goulart era a de, através de acordos, negociações e compromissos entre o centro e esquerda, implementar as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos. No entanto, cauteloso e conhecedor da política brasileira, não deixou de cuidar do respaldo militar: além do amigo pessoal Amauri Kruehl na pasta de Guerra, contava com o apoio declarado dos comandantes do I e III Exércitos, generais Osvaldo Ferreira Alves e Jair Dantas Ribeiro.

Nesse momento, a crise econômica e financeira do país era extremamente preocupante. O *déficit* do Tesouro Nacional chegou a Cr\$ 280 bilhões quase 60% da arrecadação tributária. Em dezembro do ano anterior, a inflação alcançara a casa dos 8%, enquanto as emissões de papel-moeda chegaram a Cr\$ 90 bilhões. A balança de pagamentos apresentou *déficit* de 400 milhões de dólares, sendo que os serviços da dívida externa e as remessas de lucros para o exterior foram de 596 milhões de dólares. Para manter o fluxo das importações, portanto, eram necessários novos empréstimos, subordinando ainda mais o país aos banqueiros internacionais (Bandeira, 1977, p. 89-90). Goulart, na avaliação de Moniz Bandeira, tinha o projeto de retomar o modelo de desenvolvimento varguista, sobretudo com investimentos na infra-estrutura econômica e bens de produção, além da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores. Até o final de seu governo, incentivou a Companhia Vale do Rio Doce a construir o porto de Tubarão, inaugurou as usinas Cosipa, Usiminas e Aços Vitória, além da Eletrobrás. Estabeleceu ainda as bases para a criação da Embratel, com a regulamentação do Código Brasileiro de Telecomunicações, e a do Conselho Nacional de Telecomunicações. Em outro aspecto, executou o Plano Nacional de Educação, financiou apartamentos em conjuntos habitacionais, inaugurou hospitais regionais da Previdência Social, incentivou a sindicalização rural e regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural (Bandeira, 1977, p. 116-117).

Uma semana antes do plebiscito, Goulart anunciou ao país o seu projeto de governo: o Plano Trienal. Formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, o plano, segundo análise de Argelina Figueiredo, visava um duplo objetivo: por um lado, obter o apoio político dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento de transição para o regime presidencialista; e, por outro, procurava ganhar a confiança dos cre-

dores externos, sobretudo norte-americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional (Figueiredo, 1993, p. 91-94). As metas principais eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Assim, seu programa de governo incluía medidas ortodoxas, a exemplo do plano de estabilização negociado com o FMI, e a alternativa estruturalista, como a reforma agrária. Embora os objetivos do Plano Trienal fossem praticamente consensuais, avalia Argelina Figueiredo, ele implicava em restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando assim interesses de capitalistas e de trabalhadores. Desse modo, ele deveria ser viabilizado a partir de acordos, ou muito possivelmente de um pacto, entre industriais e comerciantes, por um lado, e assalariados representados por seus sindicatos, por outro. O sucesso do programa elaborado por Celso Furtado, portanto, dependia da capacidade do governo em formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes. O argumento governamental para a cooperação era o das conseqüências a longo prazo. Com o estado debilitado da economia, o país não suportaria elevações salariais e lucros excessivos. O Plano, concordam vários analistas, era uma inovação. Pela primeira vez o país enfrentaria um processo inflacionário sem apelar, unicamente, para o equilíbrio financeiro, com medidas estritamente monetaristas. Sem deixar de recorrer ao receituário monetarista, Furtado adotou também a estratégia estruturalista para solucionar os problemas que o país enfrentava. Com a inflação controlada e o crescimento assegurado, a reforma agrária daria impulso a um ciclo de crescimento. Ao mesmo tempo, o Plano procurava valorizar o capital humano, com investimentos na educação, saúde pública, pesquisa científica e habitação (Silva, 1975, p. 166-168).

Na tentativa de convencimento, lideranças sindicais e empresariais foram convocadas. A estratégia de Goulart era a de persuadir pelo diálogo.⁷ No entanto, logo no final de janeiro, Luís Carlos Prestes atacou duramente o Plano Trienal. Leonel Brizola, por sua vez, passou a liderar a oposição ao projeto de Furtado. O CGT, inicialmente sem uma definição clara, logo ade-

riu aos argumentos de Prestes e Brizola manifestando contrariedades, sobretudo no tocante às restrições aos reajustes salariais. Para os sindicalistas, o programa de estabilização, de "caráter reacionário", deveria ser abandonado. Em seu lugar, o governo deveria adotar a política nacionalista e reformista, como a nacionalização das empresas estrangeiras, a expansão dos monopólios estatais, a reforma agrária, entre outras medidas. Francisco Julião, por sua vez, exigiu a revogação do plano, definindo-o como "antipopular, antinacional e pró-imperialista". A UNE, por meio de seu presidente, Vinícius Brant, foi enfática: "o Plano não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo; ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros". Celso Furtado, cansado das críticas formuladas pela extrema-esquerda, declarou com certa irritação: "Devo esclarecer que não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo." Os capitalistas, por sua vez, mostraram-se divididos. Enquanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) apoiaram o plano de estabilização, as Associações Comerciais, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) demonstraram franca oposição, apegando-se a um liberalismo exacerbado, pregando o "livre câmbio e o não-intervencionismo estatal" (Figueiredo, 1993, p. 102).

Durante os três meses seguintes, Celso Furtado pôs em ação as medidas contidas no Plano Trienal, com o apoio ativo de lideranças industriais, sobretudo as de São Paulo. Mas o ministro logo enfrentaria dificuldades e resistências, especialmente na área sindical. Com o corte nos créditos e a contenção salarial, capitalistas e trabalhadores demonstraram contrariedades. O plano de estabilização da moeda e a conseqüente queda da inflação, sem dúvida, eram uma necessidade, alegavam os grupos envolvidos, mas desde que não os atingissem diretamente. Segundo Argelina Figueiredo, o Plano Trienal, como tentativa de pacto, mostrava-se frágil (1993, p. 110-112). De um lado, a forte oposição dos sindicatos; de outro, a divisão do empresariado, com o apoio dos paulistas e a recusa dos cariocas e de outros estados. Goulart, nesse momento, encontrava-se em uma situação difícil. Os seus compromissos com os trabalhadores o impediam de levar o programa de Celso Furtado,

sobretudo a política salarial restritiva, às últimas conseqüências. A política de austeridade monetária, visando debelar a inflação por meios ortodoxos, particularmente comprimindo os salários, certamente seria bem recebida pelas elites nacionais e, sobretudo, pelos banqueiros internacionais. No entanto, toda a pregação trabalhista seria contrariada, penalizando exatamente os assalariados que formavam a base social do PTB. O CGT, a FPN e a FMP, liderados por Leonel Brizola, criticaram o Plano Trienal e a "política de conciliação" de Goulart.

Diante das pressões, sobretudo da esquerda radical do PTB, do movimento sindical e de setores do empresariado, o presidente não estava disposto a arcar com os custos políticos do Plano Trienal sozinho. Assim, no final de maio, autorizou o aumento do crédito e o aumento salarial para o funcionalismo público de 70%. Além disso, a Companhia Siderúrgica Nacional pleiteou, e conseguiu, reajuste de 20% nos preços do aço, encarecendo um produto industrial básico. A capitulação do Plano, finalmente, veio com as violentas pressões da indústria automobilística. Ameaçando deixar o país, as montadoras exigiram o aumento das linhas de crédito. Com anúncios de fechamento de fábricas e demissões em massa, o governo recuou. O FMI, avaliando negativamente a capacidade governamental de controlar a inflação, junto a pressões do governo norte-americano, recuou nas negociações para refinanciamento da dívida (Silva, 1975, p. 170-171). O plano de estabilização elaborado por Celso Furtado esgotara-se muito rapidamente. Goulart, então, voltou-se para as reformas.

RUMO AO ISOLAMENTO

O presidente vivia um momento difícil, sobretudo em relação às bases políticas e sociais que sustentaram toda a sua trajetória: trabalhadores e sindicalistas, castigados pela inflação, demonstravam descontentamento; as esquerdas, contrariadas, denunciavam com críticas duríssimas a sua "política de conciliação". Procurando reverter o quadro, em março de 1963, Goulart voltou-se para o seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular. Com as lideranças políticas no Congresso, o governo propôs a

aprovação de emenda constitucional que alterava o artigo 146 da Constituição — que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras — como também a regulamentação do artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social. Esse, sem dúvida, foi o ponto nodal de seu governo, pois, para o sucesso da reforma agrária, o dispositivo que previa a indenização prévia em dinheiro deveria ser suprimido. Pela proposta governamental, a indenização ao proprietário seria com títulos da dívida pública. Pela primeira vez, um presidente da República encaminhava ao Congresso Nacional um projeto que visava alterar profundamente a estrutura agrária do país.

Assim, em abril de 1963, o líder do PTB na Câmara, Bocaiúva Cunha, apresentou ao Congresso Nacional o projeto de emenda constitucional. Sob o patrocínio de Goulart, a coalizão de esquerda pró-reformas tentou viabilizar a reforma agrária por vias legislativas sem considerar a maioria conservadora dos parlamentares. Como foi apresentada pelos trabalhistas, a emenda era inaceitável para os grupos conservadores, vista como uma ameaça ao direito de propriedade. Segundo Argelina Figueiredo, "a radicalização e a intransigência prevaleceram durante o período em que o projeto estava sendo considerado pela comissão" (1993, p. 117). A UDN, majoritariamente, rejeitou a proposta do governo. O PSD, por sua vez, aceitava os termos da emenda, desde que houvesse correção monetária dos títulos que os proprietários recebessem pelas terras desapropriadas. O PTB, mesmo sabendo que necessitaria dos votos pessedistas, não aceitou negociar qualquer alteração na proposta inicial, rejeitando acordos com o PSD. Nas ruas, uma intensa campanha foi deflagrada, com comícios, passeatas e ameaças de greve geral. Liderados por Brizola, o CGT, a UNE, a FPN, entre outros grupos de esquerda, tentavam pressionar o Congresso. Em um desses comícios, ainda em março, Brizola deu um ultimato: os parlamentares teriam que aprovar a emenda em um prazo de 40 dias, senão outros meios seriam encontrados para implementá-la. Apesar da mobilização nas ruas, a comissão parlamentar recusou o projeto de reforma agrária do PTB por sete votos a quatro (Figueiredo, 1993, p. 118-119). As conseqüências da derrota foram decisivas para os rumos políticos do país. Primeiro, a estratégia de Goulart de conciliar medidas ortodoxas e estruturalistas fracassou. Segundo, a derrota governamental deu

argumentos para que as esquerdas, sobretudo o PTB radical, negassem qualquer possibilidade de implementação das mudanças econômicas e sociais pela via parlamentar. Por fim, tornou visível o rompimento da histórica aliança entre trabalhistas e pessedistas.

Diante de uma situação muito adversa politicamente, Goulart reorganizou um outro ministério, tentando reativar a aliança entre o PTB e o PSD. O general Jair Dantas Ribeiro já era o quarto ministro da Guerra, sucedendo os generais Segadas Viana, Nelson de Melo e Amauri Kruei. Segundo Carlos Castelo Branco, nenhum deles teve tempo de armar um sistema próprio de segurança do governo. Com uma aparente falta de política no campo militar, o presidente, na verdade, queria evitar o surgimento de lideranças fortes nos quartéis. O seu grande receio era o de se tornar refém civil de um comando militar. No Ministério da Fazenda, Carvalho Pinto expressava as demandas das elites industriais e financeiras paulistas. O presidente procurava se fortalecer politicamente. Brizola, a partir daí, passou a denunciar o esquema "golpista" de Goulart (Castelo Branco, 1964, p. 280).

Contudo, a situação do governo tornara-se muito difícil. A dívida externa chegou à cifra de três bilhões de dólares, sendo que o pagamento de juros, por ano, alcançava 150 milhões de dólares, ou seja, 15% da receita cambial. Considerando que metade da dívida venceria entre 1963 e 1965, acrescida dos juros, o país teria que pagar cerca de 43% da receita de suas exportações. O governo norte-americano e o FMI, em atitude intransigente, bloquearam todos os créditos ao Brasil, exigindo um duro plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas expropriadas por Brizola. Diante de demandas operárias e camponesas que explodiram em seu governo, com um movimento sindical e camponês em ascensão aliado a esquerdas que radicalizavam, somente com a repressão aberta aos trabalhadores Goulart poderia, por meio do arrocho salarial, sanar os problemas da inflação e da dívida externa, impondo à sociedade o rigoroso programa de estabilização exigidos pelos banqueiros internacionais. Definitivamente, tal alternativa era inconcebível para ele, sobretudo pela sua trajetória como líder nacionalista e trabalhista. O ministro da Fazenda, embora sofrendo ataques sistemáticos das esquerdas, se opôs às exigências do FMI para renegociar a dívida externa e chegou mesmo a cogitar a moratória unilateral. O presi-

dente, à procura de saídas para o estrangulamento financeiro do país, regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, aprovada anteriormente pelo Congresso, e determinou a Carvalho Pinto que readaptasse o Plano Trienal às novas circunstâncias (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 1517). De fato, a nova lei que regulamentava as remessas dos lucros das empresas estrangeiras era uma inovação e respondia a uma demanda histórica das esquerdas brasileiras.¹

Insistindo na política de centro, Goulart procurava implementar as reformas, mas sem descuidar de uma base ampla no Congresso, aproximando-se do PSD. Embora entre os pessedistas existisse uma ala direitista que se opunha a qualquer mudança na ordem econômica e social, outros grupos partidários, como o "grupo agressivo", e mesmo lideranças expressivas como Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, apoiavam mudanças na estrutura fundiária. Assim, sob inspiração de Goulart, os líderes pessedistas apresentaram o seu projeto de reforma agrária. A proposta limitava a 50% a correção monetária dos títulos do governo, mas impunha limites para as terras a serem desapropriadas, como latifúndios improdutivos ou com menos de 55% de área economicamente explorada. Além disso, nas desapropriações, o proprietário asseguraria metade da terra expropriada até o limite de 500 hectares. Bastante limitada, a proposta do PSD, inicialmente, provocou resistência entre os trabalhistas. Ao final, prevaleceu a ala radical do partido que recusou qualquer negociação com os pessedistas, derrotando a emenda de Oliveira Brito (Figueiredo, 1993, p. 120-121). A estratégia do PTB radical era desgastar o Congresso, apresentando-o ao público como um "antro de reacionários". Enquanto isso, a conspiração ocorria abertamente. O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), órgão do Conselho de Segurança Nacional, informava ao presidente das movimentações dos golpistas. Os sargentos da Aeronáutica, interceptando mensagens de telex trocadas entre oficiais, igualmente denunciavam a Goulart o crescimento dos círculos conspiratórios.

Mesmo lidando com difíceis negociações políticas e com graves dificuldades na área econômico-financeira, Goulart deu continuidade ao projeto desenvolvimentista. Inaugurou as usinas siderúrgicas de Cariacica e da Cosipa; aumentou em 20% a capacidade de geração de energia elétrica; elaborou os planos para Sete Quedas que, posteriormente, serviriam de base para a hi-

drelétrica de Itaipu; a Petrobrás passou a contar com as refinarias Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul, Gabriel Passos e Artur Bernardes em Belo Horizonte, Landulfo Alves na Bahia e Duque de Caxias no Rio de Janeiro. Oleodutos, como os de Belo Horizonte e Porto Alegre, foram construídos, bem como unidades industriais que permitiram ao país contar com um pólo petroquímico genuinamente nacional. Na educação, dois milhões de vagas escolares foram criadas, entre outras medidas.

Com todas as dificuldades que enfrentava, em setembro Goulart ainda viveria uma nova crise política, agora de repercussão extremamente negativa na área mais delicada de seu governo, a militar. Em 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior.⁹ Todos os que assumiram cargos eletivos, como Garcia Filho, teriam os seus mandatos suspensos. O sargento do Exército Prestes de Paula, presidente do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, com sede em Brasília, convocou os seus colegas para discutirem formas de protesto. O resultado da assembléia não foi apenas realizar um "protesto armado" mas sim desencadear uma insurreição popular armada de âmbito nacional. Tomar o poder pelas armas, eis a decisão. Rapidamente obstruíram as rodovias estratégicas, dominaram o aeroporto civil, o Serviço de Rádio-Patrolha do Departamento Federal de Segurança Pública no Ministério da Justiça e a Central Telefônica. Invadiram e tomaram de assalto a Base Aérea e o Grupamento de Fuzileiros Navais. O mesmo ocorreu com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. O presidente do Congresso e o ministro do STF, Victor Nunes Leal, foram presos. Depois, convocaram todas as unidades militares do país a aderirem ao movimento. Os comunicados eram assinados pelo "Comando Revolucionário de Brasília".

As forças legalistas invadiram Brasília e, em poucas horas, a insurreição foi sufocada com o saldo de dois mortos: um fuzileiro naval rebelde e um incauto funcionário do DNER que nada tinha a ver com o movimento. A insurreição dos sargentos limitou-se a Brasília e, possivelmente, a algumas articulações em São Paulo. Alguns líderes nacional-revolucionários de Brizola estiveram envolvidos no movimento. Apesar do perigo para as instituições, as esquerdas, logo após o motim, passaram a defender os sargentos, agora

detidos pelas forças militares. Em *Novos Rumos*, jornal do PCB, as manchetes diziam: "Os sargentos são nossos irmãos" e "Anistia para os sargentos". A FPN, o CGT e a UNE, em nota conjunta, manifestaram "integral apoio à causa dos sargentos, que lutam pelo direito de ter seus representantes nas casas do Legislativo do país".¹⁰

Embora as esquerdas defendessem os rebeldes, as conseqüências políticas da insurreição em Brasília foram as piores. Disseminou-se, nos quartéis, a desconfiança da oficialidade contra eles. Para uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, o episódio era intolerável, verdadeiramente insuportável. Muitos oficiais que simpatizavam com a causa nacionalista, e daí certa tolerância em relação às organizações dos sargentos, recuaram, exigindo que a disciplina e a hierarquia fossem mantidas de maneira severa e rigorosa. A partir do episódio, os líderes mais destacados, ou apenas conhecidos por suas posições reformistas — mas sobretudo os adeptos de Leonel Brizola — foram transferidos para regiões longínquas do país. O movimento dos sargentos, que se fortalecia e ganhava a simpatia popular e apoio em suas demandas, enfraqueceu-se consideravelmente. Como avalia Parucker, entrou na sua fase terminal, deixando o cenário político, mas sendo logo substituído pelo movimento dos marinheiros (1992, p. 247). Mais grave ainda, os grupos civis conservadores e de direita ficaram impressionados com o episódio e as comparações foram inevitáveis. Se um grupo mal articulado de sargentos, cabos e soldados tomou a capital da República com facilidade, o que poderia acontecer se a rebelião fosse liderada por oficiais da ala janguista do Exército? Além disso, parcelas significativas da oficialidade impressionaram-se com o levante de subalternos, o que permitiu que muitos concordassem com os argumentos dos conspiradores no meio militar. Mas, sobretudo, o movimento enfraqueceu politicamente o governo, desgastando-o profundamente.

O ISOLAMENTO PRESIDENCIAL

No dia 1º de outubro, *Tribuna da Imprensa* publicou a entrevista concedida por Carlos Lacerda ao correspondente no Brasil do *Los Angeles Times*,

Julien Hart, gerando uma nova e grave crise política. Lacerda denunciou a infiltração comunista nos sindicatos e no governo, acusou Goulart de "caudilho totalitário", pedindo, assim, a intervenção norte-americana no processo político brasileiro. Além disso, garantindo ter informações seguras, disse que os militares debatiam se, com relação a Goulart, "é melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou aliá-lo imediatamente".¹¹ Os ministros militares, indignados com os ataques sistemáticos de Lacerda e Ademar que, de maneira insultuosa, afrontavam o governo federal, pediram ao presidente a decretação do estado de sítio. O objetivo deles era o de invadir a Guanabara e prender Lacerda. Goulart reuniu o ministério para decidir a atitude a tomar. Pouco tempo depois o pedido de estado de sítio chegaria ao Congresso. As reações vieram de todas as partes, desde a conservadora Associação Comercial de São Paulo até o CGT. Miguel Arraes também negou apoio a Goulart. Direita e esquerda reagiram com contundência à proposta.

O presidente vivia dias tensos, sobretudo pelas dificuldades em tomar decisões que atingissem aliados da esquerda. Interessava aos militares, especialmente, restaurar a disciplina nas Forças Armadas após o episódio da revolta dos sargentos em Brasília, bem como conter a agitação sindical. Além disso, o presidente sabia que os ministros militares queriam prender não apenas as lideranças conservadoras, como Lacerda e Ademar, mas também políticos progressistas, principalmente Miguel Arraes. Nesse aspecto, sequer considerava a hipótese. Goulart procurou o apoio das esquerdas. Desde que tomara posse em setembro de 1961, Leonel Brizola o aconselhava a dar um golpe de Estado: "se não dermos o golpe, eles o darão contra nós" (citado em Bandeira, 1977, p. 131). O presidente, no entanto, descartava a alternativa. Não estava em seus planos tornar-se um ditador. Os grupos que compunham a FMP, como o CGT, organizações camponesas, UNE, UBES, FPN, PCB e organizações dos sargentos e marinheiros, interpretaram o pedido de estado de sítio como um plano de Goulart para derrotar a direita e, em seguida, a esquerda. Naquele momento, as esquerdas reunidas, não confiavam no presidente. Seja como for, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara votou contra a medida. O próprio PTB, no Congresso, alinhou-se com o PSD e a UDN contra o pedido do presidente, inclusive deputados da Frente Par-

lamentar Nacionalista e do Grupo Compacto. Mesmo entre a oficialidade das Forças Armadas o estado de sítio não era bem visto. No dia 7, o presidente retirou a mensagem do Congresso. Sem o seu consentimento para decretar a medida por vias legais e sem o apoio das esquerdas para impô-la por um ato de força, sofrendo a desconfiança de seus antigos aliados e a oposição férrea dos conservadores, Goulart não encontrou meios para levar adiante a proposta de seus ministros militares. A situação era muito difícil, até porque os seus auxiliares militares queriam medidas duras, embora visando preservar a autoridade política do presidente. Para eles, não era possível governar o país com governadores de estado conspirando e desafiando, a exemplo de Ademar de Barros, e insultando freneticamente, como fazia Carlos Lacerda, o presidente da República. Em reunião na Granja do Torto, Goulart convocou os seus ministros militares e alguns generais para explicar as razões que o levaram a retirar o pedido de estado de sítio, sendo obrigado a recusar o apoio que eles lhe deram. Assim, teve que continuar convivendo com o governador de São Paulo que o desafiava abertamente, declarando que dispunha de 60 mil homens armados para enfrentar o seu governo, bem como Lacerda que, via de regra, utilizava a televisão para insultá-lo. No outro espectro, a esquerda radical do PTB, especialmente da FMP, afastou-se ainda mais do presidente.

O minoritário grupo civil-militar golpista, em outubro, começou a ganhar terreno no plano conspiratório. Procurado por um emissário do marechal Odílio Denys, o governador Magalhães Pinto, após conversações, passou a integrar o movimento. Uma de suas primeiras medidas foi a de duplicar o efetivo da Polícia Militar do estado, passando para 20 mil homens, bem armados, municiados e dispostos de eficientes meios de transportes (Silva, 1975, p. 240). Desarmado contra os governadores mais poderosos do país, sem o apoio dos grupos de esquerda, atacado pela direita e perdendo o controle sobre os militares, o presidente saiu daquele episódio bastante enfraquecido. Diversos oficiais, até então legalistas, passaram a apoiar, ainda que de maneira passiva, o grupo de conspiradores, enquanto outros integraram-se ativamente no movimento. Armas pesadas e modernas entravam no país clandestinamente. Em um sítio no Rio de Janeiro, de propriedade de um amigo de Lacerda, metralhadoras de último tipo, munição e granadas foram desco-

bertas; um submarino norte-americano desembarcou no Recife pesadas munições de guerra, entre elas algumas bazucas; campos de pouso de helicóptero foram instalados em Teresina e na Guiana Inglesa; cerca de 4.969 cidadãos norte-americanos desembarcaram no país somente no ano de 1962 — eis alguns sinais do avanço da conspiração (Bandeira, 1977, p. 133-137).

O clima era de radicalização crescente. Brizola já tinha, nesse momento, um horário cativo na Rádio Mayrink Veiga, de onde pregava as reformas imediatas. Pelos microfones, falava durante quatro, cinco ou mesmo seis horas seguidas. A reação veio com o acordo entre Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon. Articulando as mensagens políticas de suas rádios — Globo, Jornal do Brasil e Tupi —, criaram a “Rede da Democracia”. Com discursos unificados, denunciavam o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio Goulart. Logo adiante, uniformizaram também as suas mensagens na rede de jornais. Os parlamentares de centro, a exemplo dos pessedistas Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, assustados com a escalada de radicalização das esquerdas, saudaram a formação da “Rede da Democracia” (Moraes, 1989, p. 146-147). Ao mesmo tempo, em outubro, a intelectualidade brasileira de esquerda fundou o Comando dos Trabalhadores Intelectuais. A nova organização procurava, em um aspecto, apoiar as reivindicações específicas de cada setor cultural, mas, em outro, “participar da formação de uma frente única nacionalista e democrática com as demais forças populares arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira” (citado em Moraes, 1989, p. 51-52). A diretoria produziu, a partir daí, inúmeros manifestos defendendo as reformas de base, estabeleceu filiais em várias capitais do país, e, nas palavras de Moacyr Félix, “metíamos o pau no Jango quando ele conciliava”. Direita e esquerda mediam as suas forças.

Para isolar Goulart ainda mais, as esquerdas romperam com ele. Logo após a retirada do pedido de estado de sítio, representantes de diversas tendências reuniram-se em Brasília para debater a conjuntura. Deputados da Frente de Mobilização Popular, representantes de Leonel Brizola e Miguel Arraes, delegados da UNE e do CGT, além de organizações menores, concluíram, em conjunto, que “o presidente João Goulart estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distan-

ciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de 1961. Logo, as esquerdas deveriam romper com o governo” (citado em Ferreira e Benjamin, 1983, p. 2626). Assim, Paulo de Tarso, integrante da FMP, deixou a pasta da Educação. A Ação Popular, organização que o indicou para o ministério, não queria participar de um governo “conciliador”. Nunca, em toda a sua carreira política, João Goulart alcançou tamanha solidão.

Com a derrota do pedido de estado de sítio, o presidente, uma vez mais, procurou reconstituir a sua base política de centro, reaproximando-se do PSD e isolando o PTB radical. Retomava, assim, a sua estratégia de realizar as reformas, sobretudo a agrária, pela via da negociação. No entanto, a oposição dos pessedistas ao presidente era crescente, novamente inviabilizando os seus esforços. Isolado à direita, à esquerda e ao centro, Goulart ainda tentou um último esforço para estabilizar a inflação por meios ortodoxos. Em outubro, o ministro da Fazenda Carvalho Pinto propôs combater a inflação através da Instrução 255 da Sumoc, autorizando o Banco do Brasil a emitir letras que captassem recursos não inflacionários no mercado de capitais, direcionando-os para projetos de desenvolvimento econômico. A medida, duramente criticada pelos banqueiros, não surtiu os efeitos desejados. Enquanto isso, as lutas sociais avançavam em um ritmo que assustava os capitalistas. A partir de novembro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, diversas categorias declararam-se em greve. No campo, os assassinatos de líderes rurais continuavam, mas as invasões de terras improdutivas — sobretudo em Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Goiás — e as paralisações aumentaram (Bandeira, 1977, p. 154-155). O general Assis Brasil assumiu a chefia da Casa Militar em fins de outubro de 1963. Coube a ele o planejamento de um “dispositivo militar” que isolaria, dentro do Exército, os militares conspiradores. A maneira segura e otimista com que Assis Brasil falava da impossibilidade do golpe contagiava o presidente (Ribeiro, 1998, p. 313). No entanto, pouco tempo depois, todos veriam que não havia “dispositivo militar” algum.

Goulart chegara ao final de um ciclo. A sua estratégia de conciliação entre as diversas forças políticas fracassara. Mas o malogro resultou não de sua incapacidade de negociar, atividade que ele dominava com maestria, mas sim da recusa entre as partes a pactuarem acordos. O clima era de radicalização. Assim, tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estra-

tégia o confronto. Goulart, até então, procurara conciliar o inconciliável, sobretudo quando, para os grupos de esquerdas de diversas matizes, as palavras conciliar, acovardar e trair eram tidas como expressões sinônimas. Consciente de que o centro, sobretudo o PSD, e a esquerda, em particular o PTB radical, não estavam dispostos a acordos e compromissos, o presidente começou a avançar, ainda que de maneira hesitante, para as organizações que, ao longo do tempo, sustentaram a sua trajetória política: os trabalhadores e seus sindicatos, os camponeses e suas Ligas, os estudantes e suas organizações, as esquerdas e seus partidos, a exemplo do PTB e PCB. Nesse momento, aliás, ele somente poderia obter apoio político exatamente nos partidos, nos sindicatos e nas organizações progressistas, embora elas, naquela conjuntura, tivessem escolhido a estratégia do confronto com os conservadores, opção que nunca fizera parte dos planos de Goulart.

Assim, em inícios de dezembro, Goulart restabeleceu o diálogo com Brizola e nomeou o almirante Cândido Aragão, militar ligado ao grupo do ex-governador do Rio Grande do Sul, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, mesmo à custa da grande insatisfação que tomou a oficialidade da Marinha. Ao mesmo tempo, estendeu os benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais; determinou a obrigatoriedade de que as empresas, com mais de 100 empregados, oferecessem o ensino elementar gratuito aos funcionários; enviou mensagem ao Congresso concedendo o 13º salário ao funcionalismo público, além de instituir a escala móvel de seus vencimentos. E mais: determinou a revisão das concessões de exploração das jazidas minerais e cancelou aquelas que não foram exploradas, contrariando, assim, os interesses da São João Del Rei Mining Co. de propriedade da Hanna Co. (Ferreira e Benjamin, 1984, p. 15-18). As medidas nacionalistas e de ampliação de benefícios sociais tomadas por Goulart não estavam de acordo com as diretrizes conservadoras do ministro da Fazenda. Desse modo, Carvalho Pinto, o último ponto de ligação do governo com o empresariado, renunciou em 20 de dezembro. Também contribuíram para a sua saída do ministério os ataques virulentos que Leonel Brizola, com apoio da FMP, FPN, CGT e UNE, dirigia à política econômica que ele implementava. Embora o ministro demissionário tenha sido aquele que preparou a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, além de ter-se negado a negociar a dívida externa

com as condições impostas pelo FMI — pensando, inclusive, em declarar moratória unilateral — ele não resistiu aos ataques que as esquerdas lhe desferiam.

Na verdade, mesmo antes da queda de Carvalho Pinto, as esquerdas reclamavam para si o ministério da Fazenda, indicando o nome de Leonel Brizola. De fato, o que eles pediam não era pouco. Na época, o ministério da Fazenda exercia uma função política reitora. Além do comando total da economia, controlava o BNDE, a Sumoc, a Cacex, o Banco do Brasil, entre outros órgãos. Para Goulart, entregar o ministério a Brizola era o mesmo que renunciar ao poder. Assim, embora disposto a adotar o programa do PTB radical, o presidente nomeou para a pasta Nei Galvão, diretor do Banco do Brasil, decepcionando novamente as esquerdas. A sua escolha tratou-se, na verdade, de uma última tentativa de unir o PSD ao PTB no Congresso. Contudo, a medida foi desastrosa, afastando ainda mais os trabalhistas dos pessedistas e, ao mesmo tempo, aprofundando a aliança informal entre eles e os udenistas. A escolha tomada pelo presidente gerou as piores consequências. A Frente de Mobilização Popular, convencida de que não participaria do governo, declarou sua oposição sistemática e agressiva "ao governo como um todo e ao presidente em particular" (Figueiredo, 1993, p. 138).

Atacado pelas esquerdas, Goulart não se voltou para o PSD. Passou, ao contrário, a fustigar os pessedistas com medidas nacionalistas e de cunho reformista. Assim, em 24 de dezembro, véspera de Natal, assinou uma medida que fazia parte das reivindicações das esquerdas, decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos. Em 17 de janeiro, assinou uma outra medida igualmente reclamada pelas esquerdas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Rumores havia de que outro decreto, estabelecendo o monopólio do câmbio, seria assinado em breve, apavorando o empresariado (Victor, 1965, p. 466-467). O presidente tentava reverter não apenas um quadro político delicado, mas uma crise econômica que continuava a se agravar desde a falência do Plano Trienal.

Dando continuidade a sua estratégia, a iniciativa que mais assustou os pessedistas ainda estaria por ser anunciada, sobretudo por dispensar medi-

das legislativas para serem implementadas. Alguns dias depois, ele convocou o presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, e lhe pediu um decreto que permitisse a desapropriação de vinte quilômetros de cada lado das rodovias federais, ferrovias, açudes e rios navegáveis. Apesar das duras críticas que os conservadores lhe dirigiam, sobretudo pelo vazamento de detalhes do decreto da SUPRA, Goulart estava decidido. Sabia que o tempo era curto, seu governo estava no fim. A pregação das reformas, defendida durante tantos anos, não poderia ser abandonada. Aquela era a oportunidade. O decreto da SUPRA, como ficou conhecido, tornou-se a grande medida de seu governo.

Assim, com a hostilidade crescente do PSD às iniciativas do presidente — sobretudo o decreto da SUPRA — e a oposição agressiva das esquerdas ao governo, San Tiago Dantas, liderando um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos, formou a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. Qualificada pelo próprio Dantas de “esquerda positiva” — para diferenciá-la da “esquerda negativa”, referindo-se, certamente, à Frente de Mobilização Popular de Leonel Brizola —, a Frente Progressista procurava impedir o crescimento da conspiração da direita civil-militar reagrupando as forças de centro no sentido de apoiar o governo. Além disso, San Tiago Dantas e o grupo de políticos que aderiu à nova Frente queriam retirar o presidente do isolamento político e, no mesmo movimento, sustar o processo de radicalização. Na formação da Frente Progressista, Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas “não contagiados pelo anarquismo”. O conjunto de forças deveria garantir a preservação do calendário eleitoral, repudiar qualquer interrupção do processo democrático, opor-se ao imperialismo, defender o direito de greve, seguir a política externa independente, garantir a sindicalização rural, lutar pelas reformas de base, entre outras iniciativas. Além disso, deveria repudiar candidaturas reacionárias, recusar medidas excepcionais, como o *impeachment* e o fechamento do Congresso, e unir as esquerdas. Isolar a direita golpista e a esquerda radical, garantir a estabilidade do regime democrático, bem como realizar as reformas por vias democráticas, unindo o centro e a esquerda moderada, eram os objetivos de Dantas.

Contudo, ele não conseguiu unir as esquerdas. O Partido Comunista, embora inicialmente apoiasse a Frente Progressista, mais adiante a abando-

nou. O grupo de sindicalistas comunistas não aceitava qualquer moderação em termos políticos. O PSD, alegaram, deveria ser excluído da Frente; o presidente deveria tomar “medidas concretas” no sentido das reformas. Brizola e a Frente de Mobilização Popular, além de igualmente repudiarem alianças com os pessedistas, também não acreditavam em mudanças que dependessem de aprovação do Congresso. Qualquer apoio a Goulart dependia da mudança da política econômica. A estratégia da FMP, nesta altura, era a do confronto aberto. Optando pela luta extraparlamentar e pela ação direta, a Frente das esquerdas atuava com comícios, manifestações, passeatas e greves, pressionando assim, o Congresso “reacionário” e o presidente “conciliador”. Contra a Frente Progressista, Brizola pregava a formação da Frente Única de Esquerda.¹² Goulart mostrou-se ambíguo com relação à Frente Progressista. Na avaliação de Argelina Figueiredo, ele procurava libertar-se de um equilíbrio instável. Ao não nomear Brizola como seu ministro da Fazenda, frustrou a esquerda com a possibilidade de mudanças na política econômica; ao anunciar o decreto da SUPRA, assustou os pessedistas. Assim, isolado, mas ao mesmo tempo pressionado pela esquerda e pelo PSD, negava-se a ser refém de um deles: radicalizar, no primeiro caso, aceitar os limites, no segundo. Assim, sua hesitação “pode ser interpretada como uma tentativa de ganhar tempo para formar uma base de apoio político independente” (Figueiredo, 1993, p. 166-167).

A crise econômico-financeira do país, no entanto, se agravava. O problema central era o refinanciamento da dívida externa. No entanto, a hostilidade política do governo norte-americano nesta questão, sobretudo a sua intransigência em negociar com Goulart, levava o país à bancarrota. Aliás, qualquer medida nesse sentido seria para fortalecer o seu governo, o que, decididamente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos não faria. O presidente tentara de tudo para sanar o problema, sem nenhum resultado. A política externa norte-americana era a de estrangular financeiramente o país para desgastar o seu governo, obtendo, desse modo, grande sucesso. Bastava observar os números deficitários que o país apresentava. A sua política de conciliar o centro com a esquerda também mostrara-se um fracasso. Não por incapacidade dele, mas, sim, porque as partes, repetidamente, negavam-se a pactos e a compromissos. O PTB, sobretudo a ala radical, bem como o con-

junto das esquerdas, apostava na política do confronto. O PSD, temeroso com a mobilização de operários e camponeses, aproximava-se cada vez mais da UDN. Todas as iniciativas de Goulart para aproximá-los politicamente, buscando manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1945, mostraram-se infrutíferas. Repudiado pela direita, visto com suspeição pelo centro e isolado pelas esquerdas, ele aproximava-se do final de seu governo com resultados pífios. Passaria a faixa presidencial como a maior liderança trabalhista, depois de Getúlio Vargas, sem ter realizado as reformas que pregava desde o início da década de 1950. O tempo era muito curto para ele. Convenceu-se, finalmente, de que a radicalização impediria qualquer reforma, sobretudo a agrária, de maneira pactuada entre o centro e a esquerda. As alternativas para o entendimento eram mínimas, se não nulas. As suas grandes qualidades de costurar acordos, tecer negociações e buscar o entendimento entre as partes eram repudiadas pelas suas próprias bases de sustentação: as esquerdas. Para elas, tudo não passava de "política de conciliação", cujo significado, nesse momento, exprimia o que havia de pior em uma liderança popular. Para o PTB radical, o sindicalismo, os camponeses em suas Ligas, o movimento estudantil e as organizações de subalternos das Forças Armadas, somente a "política do confronto" poderia levar a resultados promissores para as forças populares, somente o embate, sem qualquer recuo, poderia implementar, verdadeiramente, as reformas de base. Na sua imaginação política, as esquerdas teriam acumulado forças suficientes para o confronto com a direita. A hora final, acreditavam sem a menor dúvida, havia chegado. Bastava que o presidente da República se decidisse pelo embate. Com sectarismo e, no jargão comunista, "baluartismo", ou seja, a crença desmedida em suas forças, as esquerdas provocaram Goulart a embarcar no projeto radical desde a vitória do plebiscito. Quando se aventava a possibilidade de golpe militar, os partidários da extrema-esquerda recusavam-se a acreditar. Afinal, garantiam, o Exército era democrático e estava com o povo. O próprio Luís Carlos Prestes, em janeiro de 1964, disse estar convencido "de que qualquer tentativa de golpe reacionário [...] será a guerra civil. Estamos convencidos de que a guerra civil, se os reacionários nos levarem a ela, será a vitória do povo, a vitória das forças patrióticas e democráticas, acelerará o processo revolucionário" (citado em Moraes, 1989, p. 195).

As esquerdas, ao imaginarem firmemente que, no confronto com as direitas, venceriam, tinham como exemplos os episódios da Campanha da Legalidade, em 1961. Afinal, quando os ministros militares implementaram o golpe, a sociedade reagiu: trabalhadores, empresários, igrejas, partidos políticos, intelectuais e, sobretudo, os próprios militares, como sargentos e oficiais do Exército e da Aeronáutica, recusaram o golpe. Esse era o grande argumento das esquerdas. O que não se percebia era que a Campanha da Legalidade fora um episódio defensivo, cujo objetivo era a garantia da democracia e do cumprimento das leis e da Constituição. Ali, a legalidade era a bandeira das esquerdas. Em 1964, no entanto, quem defendia a ordem legal eram os conservadores, com o argumento de que a Constituição era intocável. Ou seja, de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram a estratégia ofensiva e de rompimento institucional.

Em fins de fevereiro de 1964, percebendo que, de maneira sistemática e coordenada, os norte-americanos iriam continuar a apertar o torniquete financeiro sobre o país, cujo resultado seria o agravamento da crise econômica, o presidente encontrava-se diante de alternativas muito restritas. Uma opção seria a de nada fazer até o final de seu governo, deixando o país afundar no total descontrole monetário e financeiro, desmoralizando o projeto reformista e a si mesmo; uma outra implicaria em aliar-se ao PSD e a UDN, aceitar as condições do FMI e implementar uma política conservadora à custa de repressão ao movimento operário e do rebaixamento dos salários dos trabalhadores; uma terceira incluiria apoiar incondicionalmente a Frente Progressista de San Tiago Dantas, subordinando-se aos limites impostos às reformas pelo PSD e afastando-se, definitivamente, dos grupos mais a esquerda de seu próprio partido; por fim, aliar-se às esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam dispor e, embora contrariando o seu estilo, partir para a radicalização e o embate. Essa última foi a sua opção. Adериu, desse modo, à Frente Única de Esquerda, abortando a Frente Progressista proposta por San Tiago Dantas. Ao tomar tal atitude, Goulart, na avaliação de Argelina Figueiredo, estreitou consideravelmente as suas margens de escolha, optando pela radicalização e pela alternativa do "risco sem previsão". Ao mesmo tempo, a opção pelo radicalismo permitiu que os grupos de legalistas de oposição ao seu governo passassem a alimentar suspeitas sobre suas verda-

deiras intenções, cedendo aos apelos dos setqres da direita golpista que viam, assim, reduzir os custos de romperem com as regras democráticas (Figueiredo, 1993, p. 169).

Goulart acreditou, ou disse acreditar, nas forças que as esquerdas diziam ter. O seu caminho, agora, não tinha mais volta.

NA CANOA DAS ESQUERDAS

No início de março de 1964, o clima político tornar-se-ia bastante difícil para o governo. A radicalização política assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente com o anúncio da realização de um comício no dia 13 daquele mês na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com o evento, a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada. O pacto, na avaliação de Lucília de Almeida Neves, "era uma derradeira tentativa de se buscar um caminho reformista para a nação brasileira" (1989, p. 284). Um restrito grupo de sindicalistas comunistas e trabalhistas tomou à frente da organização do comício, desde as medidas de segurança — em acordo com o Exército — até mesmo as difíceis negociações para que subissem, no mesmo palanque, Goulart, Brizola e Arraes. Por trás da comissão, apoiando-a e assinando as notas de convocatória para o evento, um amplo leque de organizações sindicais, políticas, estudantis e femininas.

O anúncio do comício mobilizou o movimento sindical e as esquerdas, mas acirrou os ânimos da direita. Uma classe social poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas. Com um manifesto de alerta à Nação, fundaram o Comando Nacional das Classes Produtoras, com sede, não casualmente, no estado da Guanabara. Embora o chefe da Casa Militar de Goulart, general Assis Brasil, garantisse ter montado um "dispositivo militar" para sustar qualquer tentativa de golpe, um grupo de coronéis, convencidos de que seus superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiram tomar para si a tarefa. O Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o

general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso. No início de 1964, os contatos entre grupos civis, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores já estavam bem articulados. O anúncio do comício, no entanto, transformou uma ação inicialmente defensiva em ofensiva. "Já não se tratava de resistir, mas de intervir no processo para liquidar uma situação tida como intolerável", diz o jornalista Carlos Castelo Branco (1964, p. 287-290). O evento, nas palavras de Argelina Figueiredo, desencadeou forças "à esquerda e à direita que o governo não mais podia controlar" (1993, p. 198). Ao se comprometer com a coalizão pelo programa máximo de reformas, Goulart passou a compartilhar das mesmas crenças de seus aliados: em um confronto com os conservadores, ele sairia vitorioso.

No dia 13 de março, às 18:00 horas, teve início o comício. Cálculos avaliavam em 200.000 pessoas a participação popular, enquanto outros citam 250.000. Inicialmente, falaram líderes sindicais e políticos.¹³ A maioria dos discursos foram marcados pelo radicalismo político. José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes, por exemplo, exigiu a extinção da "política de conciliação" do presidente para efetivar todas as medidas de amparo e garantia às classes populares. Após ressaltar a importância do fim da vitaliciedade das cátedras contida na reforma universitária, Serra atacou, em tom agressivo e contundente, aqueles que defendiam o fechamento do CGT e exaltou, como uma realidade animadora no quadro político brasileiro, a presença da "classe dos sargentos que emerge para as lutas populares". Miguel Arraes foi esperado com muita expectativa. Para ele, "o povo exige atos e definições cada vez mais concretos. Ninguém se iluda, este país jamais será governado sem o povo. O povo está de olhos abertos, não suporta mais a manutenção dos privilégios das minorias. A unidade das forças populares é consciente, apesar das divergências de superfície". Mais adiante, chegou a vez de um dos oradores mais esperados: Leonel Brizola. Falando em nome da Frente de Mobilização Popular, ele defendeu medidas mais definidas, como o fim da "política de conciliação" do presidente, a formação de um governo popular e nacionalista que represente a vontade do povo e atenda as suas aspirações. Para isso, seria preciso o fechamento do atual Congresso Nacional e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como soluções para o "impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário". O novo par-

lamento, defendeu, deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos, todos "autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo".

As pessoas aplaudiam fortemente os oradores. Mas o que pensavam aqueles milhares de trabalhadores que foram ao comício? Como conhecer as suas expectativas políticas e avaliar o grau de autonomia em relação aos líderes trabalhistas? Para a sorte do historiador, o governador Carlos Lacerda teve a mesma curiosidade. Utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais, utilizando a metodologia do flagrante. O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estava, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas atuando como claqué. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público. O restante, os 95%, demonstrava um pensamento legalista, reformista e portador de um alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart (Neto, 1964, p. 37-38).

Eram 20:46 horas quando João Goulart tomou a palavra, falando de improviso.¹⁴ Segundo testemunhas, ele utilizou, com brilhantismo, os recursos oferecidos pela oratória, infundindo-lhes emoção. Atacou setores das elites que, em nome da democracia, procuravam perpetuar privilégios intoleráveis, criticou a indústria do anticomunismo, ressaltou a necessidade de revisar a Constituição e lamentou a cegueira de certas parcelas da sociedade de instrução superior que continuam insensíveis à realidade nacional. No entanto, o governo, ao lado do povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e empresários patriotas, e com o seu apoio, prosseguirá na luta pela emancipação econômica e social do país. A seguir, explicou as medidas do decreto da SUPRA, comunicou a encampação das refinarias particulares e referiu-se à mensagem que enviaria, nos próximos dias, ao Congresso Nacional. Nela, estavam contidas a reforma universitária, eliminando as cátedras vitalícias, e a eleitoral, permitindo que "todo alistável deva ser também elegível" — bem como o decreto que regulamentaria os aluguéis de imóveis urbanos e rurais. Após agradecer aos trabalhadores pela presença, afirmou que nenhuma força seria capaz de impedir que o governo assegurasse a liber-

dade ao povo, contando, para isso, com a compreensão e o patriotismo das Forças Armadas.

No dia seguinte ao comício, entre as esquerdas, a sensação, praticamente unânime, era a de que tinha acabado a "política de conciliação". Deputados trabalhistas junto com sindicalistas articularam uma Frente Popular que sustentaria a política de Goulart. Brizola, um dos articuladores do encontro, argumentou que o momento exigia a concentração de esforços, com ações de rua em volume crescente. O Congresso, pressionado pelo povo, abriria caminho para uma Assembléia Constituinte. Dois dias depois, o presidente enviou uma Mensagem ao Congresso. O texto era, ao mesmo tempo, uma prestação de contas de seu governo e um pedido de providências (Silva, 1975, p. 326-327). Redigida por Darcy Ribeiro, a Mensagem dava conta das obras administrativas, mas tinha o objetivo de implementar as tão esperadas reformas. Assim, propunha a supressão da vitaliciedade das cátedras nas universidades e garantia o direito de voto aos analfabetos, sargentos e praças. Sobre a reforma agrária, a Mensagem propunha incluir na Constituição o princípio de que a ninguém é lícito deixar a terra improdutiva "por força do direito de propriedade". A noção de "uso lícito" seria a de quatro vezes a área efetivamente utilizada. O restante da terra voltaria para o domínio público, disponível para assentamentos. Uma novidade jurídica, sem dúvida. Assim, além de obter áreas imensas para a reforma agrária, o governo não teria que pagar por ela (Ribeiro, 1998, p. 319). A Mensagem ainda propunha um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, revogando, na prática, o princípio de indelegabilidade de poderes. Por fim, a revisão do capítulo das inelegibilidades, sendo substituído apenas pela frase "são elegíveis os alistáveis", permitindo, assim, que concorressem para cargos executivos os parentes consanguíneos e afins, como Leonel Brizola, e instituindo, na prática, a reeleição, beneficiando o próprio Goulart. Na verdade, cumpria-se o programa político de seu governo que se baseava em duas grandes medidas. A primeira, a Lei de Remessa de Lucros, já em vigor. A segunda, a reforma agrária, que agora procurava implementar.

Goulart estava disposto a levar adiante as mudanças econômicas, sociais e políticas em aliança com as esquerdas. Ao mesmo tempo, sua assessoria

redigia os decretos que extinguiriam o exame vestibular, fixavam preços para o produto industrial que saía da fábrica e tabelavam gêneros de consumo popular. As novas medidas seriam anunciadas em novos comícios. Goulart e as esquerdas queriam aproveitar o sucesso do evento do dia 13 para acelerar a ofensiva reformista, impedindo que os conservadores tivessem tempo para reagir. Representantes do CGT, reunidos, igualmente traçaram um plano de ação. A estratégia era a de promover assembléias em todos os sindicatos, endossando a proposta presidencial de aprovar novos decretos em comícios em várias capitais de estado. As esquerdas, excessivamente confiantes, tomadas por um sentimento de euforia, acreditavam que, após acumularem forças, havia chegado a hora do confronto. O "desfecho", tão ansiado, estava próximo.

No dia seguinte, dia de São José, padroeiro da família, foi realizado, na cidade de São Paulo, um ato que mereceu o desprezo das esquerdas, mas que foi, no entanto, profundamente significativo, demonstrando a divisão e a radicalização política do país: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os discursos contra Goulart foram a tônica do comício que se seguiu. Cálculos falam em 500 mil pessoas presentes à Marcha. Outros, considerando os que assistiram nas ruas de acesso, chegaram à cifra de 800 mil (Duarte, 1964, p. 132-134). As esquerdas, no entanto, não levaram o ato a sério por dois motivos. Primeiro, por tratar-se de uma manifestação de classe média. "Isto não é povo", disseram alguns com irreverência. Segundo, pelo caráter religioso do movimento, algo merecedor de desprezo.

Nos dois dias que antecederam a Semana Santa, Goulart e seus aliados de esquerda continuaram avançando na estratégia adotada para implementar as reformas. A programação dos novos comícios foi fechada, todos para abrir: dia 3 em Santos; 10 em Santo André; 11 em Salvador; 17 em Ribeirão Preto; 19, homenageando Vargas, em Belo Horizonte; 21 em Brasília. O último, marcado não casualmente para 1º de maio, seria na capital paulista. No mesmo dia, contudo, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, fez um pronunciamento, denunciando "as agitações generalizadas do ilegal poder do CGT". Deveriam, perguntou, as Forças Armadas apoiar uma revolução "para garantir a plenitude de um grupo pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públi-

cos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou?" (Citado em Silva, 1975, p. 343.) As esquerdas, no entanto, pareciam não ouvir as ameaças feitas de maneira ostensiva pelos conspiradores. Decididamente, não acreditavam na possibilidade de um golpe da direita, mas sim do seu maior aliado, o próprio presidente da República.

A VEZ DOS SUBALTERNOS DAS FORÇAS ARMADAS

Embora Goulart soubesse dos perigos que seu governo corria, certamente apostou em riscos calculados. Contudo, ainda naquela semana, pequenos acontecimentos, aparentemente irrelevantes, iriam detonar a maior crise de seu governo. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, proibiu a realização de um ato público em que os subalternos da Marinha de Guerra comemorariam o segundo aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, com a presença de autoridades militares. Contrariados, eles programaram um novo ato, agora no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. De uma simples comemoração, o evento tomou rumos reivindicatórios: na pauta, exigiram o reconhecimento oficial da entidade, a melhoria das condições de vida e alimentação digna nos navios.¹⁵ Sílvio Mota reagiu ordenando, no dia 24, a prisão de 12 dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. Depois, no dia seguinte, data marcada para festejar a comemoração de fundação da entidade no Sindicato dos Metalúrgicos, mandou prender outros 40 marinheiros e cabos que organizaram o encontro. A ordem de prisão, no entanto, deveria ser executada ao final da reunião. O ministro da Marinha enviou uma tropa de 500 fuzileiros navais apoiados por 13 tanques para invadir o prédio do sindicato e retirar de lá os marinheiros, vivos ou mortos. A tropa de choque, no entanto, negou-se a atacar os colegas, aderindo à revolta. Jogando os capacetes, cinturões e armas no chão, cerca de 30 fuzileiros entraram no prédio sob os aplausos e gritos dos marinheiros entrincheirados no Palácio do Aço. Mais indignados ficaram os oficiais da Marinha quando as ordens de Goulart chegaram para que os marinheiros não fossem atacados. O ministro da Marinha, sentindo-se desprestigiado, renunciou ao cargo.

As esquerdas não se deram conta da gravidade da crise, apoiando e incentivando a insurreição.¹⁶ Em nota, a UNE defendeu o “direito de organização dos valorosos companheiros da Marinha”, afirmando que “somente a reação se sente ameaçada com o movimento dos marujos”. Em *Panfleto*, jornal do grupo brizolista, as manchetes diziam: “Regime feudal na Marinha vai acabar” e “Marujos venceram primeira batalha”. Setores de extrema-esquerda do PCB, como Marighela, já estavam ao lado dos marinheiros sem ouvir a direção partidária. Ao final, o conjunto do partido apoiou a rebelião, pesando, para isso, a concorrência com Leonel Brizola. A manchete de *Novos Rumos*, em 27 de março, dizia: “A nação inteira ao lado dos marinheiros e fuzileiros”. Contra o movimento, dizia o jornal, “só se colocam os inimigos da pátria, os gorilas com ou sem farda”. O CGT ameaçou a deflagração de uma greve geral se os marujos sofressem represálias. Alguns setores minoritários da esquerda pediram cautela, mas, ao final, venceu a proposta de apoio aos insurrectos. No entanto, a rebelião, agora, não era apenas a dos subalternos da Marinha, mas também dos oficiais. Reunida no Clube Naval, a oficialidade deliberou que não embarcaria nos navios enquanto o almirante Aragão não fosse punido. Goulart, agora, teria que lidar com duas rebeliões.

Naquela quarta-feira, véspera da Semana Santa, o presidente partira com a família para descansar em São Borja. Imediatamente teve que retornar. Segundo Carlos Castelo Branco, durante a madrugada, ocorreram negociações com os sindicalistas. Os dirigentes do CGT asseguravam aos deputados da FMP que o ministro da Marinha seria demitido e que os marinheiros não sofreriam punições. O Conselho do Almirantado não aceitava a demissão de Sílvio Mota. No entanto, pela manhã, a Marinha tinha um novo ministro, o almirante Paulo Márcio Rodrigues, de 69 anos, presidente do Tribunal Marítimo, homem de esquerda e de confiança do CGT. Neste momento, as versões foram diversas. Para grande parte dos analistas, o novo ministro apenas cumpriu o acordo estabelecido entre o presidente e os sindicalistas: os marinheiros foram levados para o I Batalhão de Guardas do Exército, evitando, assim, retaliações da Marinha, e, ao final da tarde, libertados. Aragão, por sua vez, retornou ao seu posto. Para Carlos Castelo Branco, Paulo Márcio, seja por falta de clareza de Goulart, seja por acreditar que havia uma revolução em marcha, desconheceu as ordens do presidente e agiu por conta pró-

pria. Goulart, por sua vez, em depoimento prestado a Jorge Otero anos depois, garantiu: “Foi o ministro que decidiu anistiar os culpados, como tradicionalmente acontece no país.” (2001, p. 154). Seja como for, ao meio-dia, caminhões do Exército saíram com os marinheiros do Sindicato dos Metalúrgicos e, conforme o combinado, mais tarde foram postos em liberdade.

A anistia aos marinheiros e a Aragão atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de idéias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira como eles davam significado às suas instituições encontrava-se subvertido. A disciplina e a hierarquia, fundamentos básicos que exprimiam o que era “ser militar”, esfacelaram-se. Por suas atitudes e declarações, os oficiais da Marinha de Guerra ficaram convencidos de que o novo ministro tinha sido escolhido por Goulart a partir de uma lista tríplice indicada pelo CGT. Para a oficialidade, tudo não passava de subversão de valores, hierarquias e códigos longamente estabelecidos e compartilhados. Feridos de morte em sua dignidade profissional, declararam-se em assembléia permanente, recusando-se a entrar nos navios. A maioria dos oficiais das três Forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar.

Goulart, o CGT e as esquerdas não perceberam a gravidade do episódio. Acreditaram ser algo sem importância. A esquerda radical do PTB, que há muito mantinha relações políticas com os marinheiros e fuzileiros, tinha incentivado o motim. Contudo, no dia seguinte, a reação seria violenta. Os editoriais dos jornais atacaram duramente o presidente. Magalhães Pinto lançou manifestos, altos escalões das Forças Armadas e parlamentares cobravam de Goulart a manutenção da ordem. Centenas de oficiais da Marinha e do Exército, no Clube Naval, congratularam-se com o chefe do Estado-Maior pela sua defesa da disciplina. Em rebelião passiva, a oficialidade da Marinha continuou recusando a volta aos navios. Foi nesse momento que Goulart, o CGT e as esquerdas perceberam a gravidade da situação e o agravamento da crise político-militar.

No entanto, ainda no rescaldo da maior crise militar de seu governo, o presidente teria que decidir se iria na festa da posse da nova diretoria da

Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março, evento marcado com bastante antecedência. Na programação, constava o discurso de Goulart. Comparecer a uma festa de subalternos das Forças Armadas ainda sob as cinzas de um motim de marinheiros, com a oficialidade da Marinha em rebelião passiva, era, no mínimo, imprudente. Para algumas pessoas próximas a Goulart, a atitude era verdadeiramente insensata. Tancredo Neves insistiu para que o presidente não fosse ao evento. No entanto, ele estava decidido a ir. Na avaliação de José Gomes Talarico, o presidente, naquele momento, não podia recuar. Já perdera o apoio do poder econômico, dos partidos conservadores, como o PSD, a UDN, o PSP, o PR, entre outros, como, então, recusar o apoio popular? (1982, p. 155). Goulart, portanto, não poderia desprezar a categoria. O general Assis Brasil, por sua vez, insistia com Goulart que não haveria problemas.

Acompanhado por vários ministros, o presidente chegou na sede do Automóvel Clube para ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, entidade que completava 40 anos de fundação. À sua espera estavam o ministro interino da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Presentes também o almirante Aragão, o cabo Anselmo, diversos marinheiros e fuzileiros navais — uma mistura explosiva naquele momento —, além de aproximadamente 2 mil sargentos. Inicialmente, os suboficiais discursaram. O subtenente Antônio Sena Pires afirmou que “lutamos contra a exploração alienígena e concorreremos para a politização do povo brasileiro que não tolera mais o capital estrangeiro colonizador ou os trustes estrangeiros e nacionais” (citado em Victor, 1965, p. 506). Abelardo Jurema e o cabo Anselmo também falaram. Goulart, ao discursar, estava irreconhecível. Não estava ali o orador seguro, mas, sim, um homem de semblante carregado, como se soubesse que algo grave estaria para acontecer. O presidente denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocavam a crise que o país vivia. Também denunciou o dinheiro espúrio do IBADE, das empresas estrangeiras prejudicadas com a Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, dos comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam alugueis em dólares. Sobre a questão tão esperada, a crise militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente,

“fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados”. Em sua definição, “a disciplina não se constrói sobre ódio e exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados” (citado em Victor, 1965, p. 507-508). A sua maneira de entender a disciplina e a hierarquia, no entanto, deu mais argumentos aos militares insatisfeitos com o presidente. Além disso, amplos setores sociais, sobretudo das classes médias, assustados com o comunismo e o radicalismo das esquerdas, não queriam mais ouvir o presidente.

As esquerdas pareciam não se dar conta da gravidade da situação. Os militares sim. A oficialidade nacionalista e de esquerda, depois de tantos atentados à disciplina e à hierarquia, começou a ficar seriamente preocupada. O mais grave, no entanto, é que a ampla maioria dos oficiais das três Forças, afastada dos debates políticos, preocupada apenas em cumprir suas tarefas profissionais e, ao final do dia, retornar para as suas casas, começou a dar razão à minoria de golpistas históricos, cedendo aos seus argumentos.

ENFIM, O “CONFRONTO”

No dia 31 de março, Goulart acordou cedo no Palácio Laranjeiras cansado de tudo aquilo. Estava convencido de que seu discurso no Automóvel Clube não conseguira unir as Forças Armadas e convencê-las a apoiar seu governo. Após a rebelião dos sargentos, dos marinheiros e do seu discurso no dia anterior, a oficialidade das três Armas, mesmo a que defendia a legalidade, estava convencida de que o presidente incentivava a indisciplina, instigando os subalternos contra os seus superiores. Ao ler os jornais, Goulart se assustou: o editorial do *Jornal do Brasil* lhe desferia duras críticas. O texto, sem rodeios, pregava a sua deposição. No *Correio da Manhã*, o título do editorial era “Fora”. Mais grave, o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, lançou um manifesto à Nação declarando o rompimento daquela Casa com o governo, apelando, ainda, para que as Forças Armadas intervissem no processo político para restabelecer a ordem (Victor, 1965, p. 509). Somente naquela manhã Goulart se deu conta de que a estratégia de confronto das esquerdas não encontraria a mínima sustentação política.

O presidente soube da movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho no meio da tarde e logo passou a avaliar a situação junto a seus ministros. Irritado, mas, como era comum em seu temperamento, sem se desesperar, acreditou que, muito rapidamente, arrasaria com Magalhães Pinto. Ele estava determinado a tomar medidas enérgicas para acabar com a rebelião em Minas Gerais. Com seus auxiliares diretos, nomes foram sondados para assumir o governo mineiro como interventor. No entanto, San Tiago Dantas alertou o presidente de que o movimento liderado por Magalhães Pinto poderia estar sendo apoiado pelo Departamento de Estado norte-americano, inclusive com a sua concordância. Portanto, o governo dos Estados Unidos poderia reconhecer a existência de outro governo no Brasil. As consequências, sem dúvidas, seriam desastrosas, como a guerra civil com intervenção estrangeira. No meio da tarde, líderes sindicais e estudantis chegaram no Palácio. Com a confirmação da rebelião militar, queriam armas para agir por conta própria. Goulart, por diversas vezes, respondeu a eles: "não entrego armas a quem não sabe usá-las" (citado em Bandeira, 1977, p. 179).

O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, estava convalescente de uma cirurgia na próstata. O Ministério da Guerra encontrava-se acéfalo. Não foram poucos os que sugeriram a Goulart que nomeasse um outro nome para o ministério. Um grupo de generais, por intermédio de Abelardo Jurema, propôs a nomeação imediata de Henrique Lott, ainda com grande prestígio no Exército. O presidente, no entanto, não aceitou. Afinal, argumentou, o general Jair ausentar-se-ia por apenas dois ou três dias e demitir um homem hospitalizado seria uma desconsideração. Os mesmos generais, então, propuseram a Goulart que fosse para o Ministério da Guerra, assumisse a chefia suprema das Forças Armadas e fizesse uma proclamação ao país. O presidente também recusou a proposta, alegando que a atitude daria início à guerra civil.

As perseguições do governo do estado da Guanabara aos líderes sindicais, sobretudo lideranças do CGT, começaram. A Polícia Civil do estado invadiu a sede da entidade e prendeu vários membros da diretoria. Com poucas alternativas, eles decretaram greve geral no país. Contudo, a deflagração do movimento, paralisando principalmente os transportes urbanos, sobretudo os trens suburbanos, impediu que a população sabsse de suas ca-

sas. Iniciativas de resistência ocorreram em vários pontos do país. Em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, militantes das Ligas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e a estação ferroviária, a sede da rádio local e a central telefônica, esperando as armas prometidas pelas lideranças. No entanto, os líderes mais ativos das Ligas já estavam presos. Ativistas da AP foram para o interior da Bahia com o objetivo de interditar a rodovia que ligava o Rio de Janeiro ao Nordeste, separando, desse modo, o norte do sul do país. Esperaram pela resistência de Arraes em Pernambuco e a de Brizola no Rio Grande do Sul. As suas esperanças, no entanto, foram frustradas pelos acontecimentos. No Recife, diante da deposição de Arraes, houve alguma resistência popular, com o saldo de dois mortos. A população desarmada, contudo, não tinha como reagir (Moraes, 1989, p. 162 e 166). No Rio de Janeiro, a diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se rapidamente e aguardou as ordens para resistir. Como já haviam acertado as forças de esquerda, na eventualidade de golpe caberia aos fuzileiros navais neutralizar a Marinha. Contudo, o tempo passava e nenhuma ordem de resistência chegava na Associação. Segundo Avelino Bioen Capitani, um dos líderes da Associação, "as ordens que esperávamos nunca chegaram. [...] A sucessão rápida dos acontecimentos fugia à nossa compreensão".¹⁷

Entrincheirado no Palácio Guanabara, Carlos Lacerda estava acompanhado pelo almirante Amorim do Vale e pelo brigadeiro Eduardo Gomes, os mesmos protagonistas da tentativa de golpe de novembro de 1955. O coronel João Paulo Burnier e um grupo de choque montaram um conjunto de bazucas para proteger o bunker que se formava. Generais e marechais reformados foram para a sede do governo estadual solidarizar-se com o governador. Por alto-falantes colocados em frente ao Palácio, Lacerda passou a fazer apelos dramáticos, retransmitidos por rádios de São Paulo (Silva, 1975, p. 414-415). O almirante Aragão esperava ordens de Goulart para prender Lacerda. Ele estava disposto a invadir o Palácio Guanabara, travar batalha com as polícias militares e civis do estado e prender o governador. Para as forças legalistas, a prisão de Lacerda poderia deter o golpe ou pelo menos sustar o movimento de adesão que avançava em muitos comandos. Contudo, a ordem não veio. A atitude de Goulart de não prender Lacerda, sem dúvida, foi decisiva para o avanço dos golpistas. Evitar a guerra civil, que

sempre norteou seu comportamento naqueles dias, contou em sua decisão. Todavia, algo a mais certamente pesou para que ele impedisse Aragão de prender o governador da Guanabara. Segundo depoimento de Darcy Ribeiro, Goulart, com base em informações prestadas por San Tiago Dantas, disse ao seu chefe da Casa Civil que havia uma frota norte-americana no litoral brasileiro aproximando-se do Rio de Janeiro. Se Lacerda fosse preso, confidenciou, os navios de guerra entrariam na baía de Guanabara (Moraes, 1989, p. 303). Se a informação de Darcy é verdadeira, se Goulart de fato sabia da existência da frota, anos mais tarde oficialmente confirmada, a prisão de Lacerda não significaria apenas o desencadear da guerra civil, mas de uma invasão de tropas estrangeiras no país.

Goulart optou pela estratégia de, por telefone, tentar convencer os comandantes dos quatro Exércitos a manterem fidelidade ao governo. Assim, diante da gravidade da situação, o general Jair Dantas Ribeiro, embora debilitado fisicamente, reassumiu o ministério e, como primeira medida, ordenou a prisão do general Castelo Branco, acusado de conspiração. Mas a iniciativa de maior impacto foi o envio do Regimento Sampaio e do 1º Grupamento de Obuses para barrar a marcha de Mourão. O desequilíbrio bélico entre as duas tropas era imenso. Diante do Regimento Sampaio, os recrutas de Mourão não teriam a menor chance. Convocado ao Palácio Laranjeiras, Ladário Teles, general reconhecidamente legalista, recebeu de Goulart a ordem de que assumiria o comando do III Exército. As medidas, no entanto, não surtiram efeito. Não se tratava, naquele momento, de um levante promovido por facções minoritárias das Forças Armadas em aliança com grupos civis golpistas descontentes com derrotas eleitorais, ambos desconhecendo o conjunto da sociedade, como ocorrera na crise de agosto de 1954, na crise sucessória de 1955, em Aragarças e Jacareacanga no governo Juscelino ou na luta pela posse de Goulart em agosto de 1961. Agora, tratava-se do conjunto da oficialidade das três Forças temendo a integridade das próprias corporações com o apoio de amplos grupos sociais e de instituições da sociedade civil. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, defendeu a marcha dos tanques do general Mourão. Segundo o texto, “a legalidade está conosco” (citado em Victor, 1965, p. 517). Finalmente, como desejavam as esquerdas, chegou a hora do confronto. Assim, em Minas

Gerais, líderes estudantis foram presos. Em São Paulo, as esquerdas se desarticularam diante do golpe. O Fórum Sindical de Debates e o Comando Estadual dos Trabalhadores, diante da repressão, não encontraram meios para reagir. A greve geral deflagrada pelo CGT não obteve repercussão. A sociedade estava cansada.

Foi nesse momento que o general Peri Beviláqua procurou o presidente com um documento nas mãos. O texto traduzia o pensamento da maioria dos comandos militares. As reformas de base, cristãs e democráticas em benefício do povo, dizia o documento, tinham o apoio das três Armas, mas o presidente deveria declarar o CGT fora da lei. Goulart recusou as imposições dos generais. Na verdade, a sua grande preocupação era com São Paulo, especialmente com o general Kruel. A Marinha estava completamente dominada pelos marinheiros e a Aeronáutica paralisada pela ação dos sargentos. A questão final seria resolvida pelas forças de terra. O comandante do III Exército, general Ladário Teles, já havia confirmado a sua lealdade. O silêncio do comandante do IV Exército significava que aderira à rebelião, mas o do comandante do II Exército, seu amigo pessoal, era preocupante. Para Mário Victor, “Goulart tinha a certeza de que Kruel não o abandonaria” (1965, p. 525). Ele estava enganado ou necessitava se enganar. Kruel deu o seu apoio ao governador Ademar de Barros em aliança com Magalhães Pinto. Mais adiante, Goulart o procurou por telefone. Ao presidente e amigo, Kruel alegou que não queria derrubar ninguém, mas que lutava pela própria vida institucional das Forças Armadas “que começa a ser minada por organismos espúrios”. Kruel fez um apelo para que o presidente abandonasse os comunistas, senão ele próprio é que seria abandonado. Ambos defendiam princípios inegociáveis. Kruel era fiel à sua instituição, mesmo que com o sacrifício da democracia; Goulart igualmente era fiel às suas bases, as esquerdas e os sindicatos, mesmo que, com isso, também arriscasse as instituições democráticas. Sem entendimento, desligaram os telefones. À meia-noite, por sugestão do general Aluizio Mendes, Kruel novamente ligou para o presidente, insistindo no afastamento dos comunistas do governo. Goulart recusou. Ele sabia que a democracia já estava condenada. Mesmo que cedesse aos apelos de Kruel e conseguisse se manter na presidência, seria um homem tutelado por generais, impedido de realizar as reformas e, mais grave, cüm-

lice da repressão sobre os sindicatos e as esquerdas. Para ele, isso seria inadmissível. Preferia cair a assumir um papel tão triste.

San Tiago Dantas, no gabinete presidencial, tentou negociar o fim do conflito. Por telefone, conversou com Afonso Arinos, velho amigo e auxiliar administrativo de Magalhães Pinto. Dantas ouviu de Arinos que o governo norte-americano apoiava a sublevação e não apenas reconheceria o estado de beligerância de Minas Gerais como também interviria militarmente no país, se fosse preciso. Chocado com o que ouvia, Dantas o advertiu sobre a gravidade e as conseqüências da intervenção militar estrangeira, com o risco de secessão do Brasil agravada com a internacionalização do conflito. Certamente essas informações pesaram sobre a decisão de Goulart de não resistir (Bandeira, 1977, p. 180-181). A perspectiva de invasão norte-americana, de guerra civil, de secessão e de mortes, aliás, muitas mortes, o horrorizava.

A DEMOCRACIA POR ÚLTIMO

Passava da meia-noite e Goulart chegava nas primeiras horas do dia 1º de abril. Nesse momento, já fora informado de que o Regimento Sampaio aderira aos revoltosos. A notícia foi recebida como sinal de evidente derrota. Mourão agora marchava rumo à Guanabara com tropas profissionais. Para o presidente e seus amigos mais próximos, era desconcertante como uma pequena tropa, mal armada e municada, liderada por um general sem grande prestígio, pudesse ter arregimentado, em menos de 24 horas, a maioria da oficialidade do Exército. É verdade que a conspiração avançava a passos largos desde que Goulart assumira o poder. Contudo, os conspiradores, minoria nas Forças Armadas, promoveram atentados contra o regime democrático desde que Getúlio Vargas ganhara as eleições em 1950. Havia um sentimento legalista na maioria das tropas que impedia a efetivação de golpes. Mesmo que grande parte dos oficiais não simpatizasse com Goulart, o sentimento negativo necessariamente não significaria que dessem um passo adiante no sentido de destituí-lo do poder. A meu ver, foi a revolta dos marinheiros o momento em que os militares legalistas cederam aos argumentos dos conspiradores, agravada com a ida de Goulart no Automóvel Clube ao lado de sar-

gentos, marinheiros, fuzileiros navais e, inclusive, do cabo Anselmo. Tratou-se, para a oficialidade, de uma questão de sobrevivência da própria instituição. O general Mourão, por conta própria, sem o aval dos conspiradores, desencadeou o processo golpista. Como Goulart não reagiu, como não houve manifestações de defesa do governo, as defecções, inicialmente tímidas, avolumaram-se em ritmo crescente em poucas horas. No dizer de Raul Ryff, "como se deu bem, todo mundo aderiu" (1984, p. 287).

A resistência não ocorreu, segundo diversas versões, pela falta de uma voz de comando. A cadeia de comando, de fato, não respondia. O sargento-fuzileiro naval Narciso Júlio Gonçalves, por exemplo, saiu da Associação dos Sargentos e pediu orientações ao seu comandante imediato. Segundo ele, "havia um acordo tácito entre a oficialidade progressista e os sargentos para que a reação ao golpe fosse comandada por oficiais, por uma questão de respeito à hierarquia" (citado em Moraes, 1989, p. 164). O seu comandante, almirante Washington Frazão Braga, respondeu que estava esperando ordens de seu superior, o almirante Aragão. Contudo, acima dele, o general Âncora não permitiu a resistência, obedecendo ao comandante-em-chefe das Forças Armadas: João Goulart. Diversos grupos se mobilizaram para a resistência: O CGT, o PUA, o CPOS, a União dos Portuários, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, a UNE, a UME, a UBES, o CACO, ex-pracinhas, sargentos, fuzileiros navais, organizações populares, comunistas, brizolistas, entre diversos outros. Contudo, nenhuma ordem vinha do Palácio Laranjeiras. Enquanto isso, as polícias militar e civil do governo do estado tomaram pontos estratégicos, como estações ferroviárias, rodovias e aeroportos, bem como entradas de acesso à cidade. Além disso, o governo federal perdeu os meios de comunicação (Silva, 1975, p. 398). Sem palavras de ordem e de comando, a desorientação tomou conta dos legalistas. Na verdade, mesmo que as comunicações fossem mantidas, as ordens não viriam. Somente Porto Alegre se destacou no sentido de resistir ao golpe: Ladário Teles, no comando do III Exército, e Leonel Brizola, atuando juntos, transformaram a cidade em bastião trabalhista. A resistência, se houvesse, teria que enfrentar, ainda, uma força-tarefa enviada pelo governo norte-americano. Intitulada de Operação Brother Sam, na costa brasileira estavam o porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio com mísseis teleguiados, navios abarrotados de armas,

munições e mantimentos, além de quatro petroleiros. A força-tarefa contava ainda com sete aviões de transporte, cada um carregando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça e oito aviões tanques, além de um outro de comunicações (Bandeira, 1977, p. 176). Aguardando o desenrolar dos acontecimentos, o comandante norte-americano esperava ordens para intervir no conflito a "pedido" de algum estado beligerante, certamente Minas Gerais.

Na manhã do dia 1º o governo de Goulart já estava condenado. Sozinho, o presidente começou a receber ultimatos de seus generais. Deveria romper com o CGT, declarar o seu repúdio ao comunismo, reprimir as greves de trabalhadores e negociar com as tropas rebeldes. Goulart negou-se a aceitar as exigências. Moraes Âncora e outros generais foram ao Palácio Laranjeiras expor o quadro político ao presidente, sugerindo que ele deixasse a Guanabara por falta de segurança. A notícia de que Goulart deixara o Palácio e fora para Brasília logo correu a cidade. No entanto, a atitude do presidente foi interpretada como uma fuga, uma sensação de que havia capitulado ou, talvez, renunciado. Nos bairros ricos da cidade, muitos comemoraram com festas. De Copacabana à Tijuca, lençóis brancos eram estendidos nas janelas dos edifícios. Os gritos de vitória se misturavam ao eco dos tiros de canhão do Forte de Copacabana. As chuvas de papel picado caíam sobre os carros que desfilavam com a bandeira nacional. Em São Paulo e em Belo Horizonte, manifestações similares ocorreram. Ao confirmar a notícia de que Goulart deixara o Palácio Laranjeiras rumo à Brasília, Lacerda liberou as forças golpistas no estado. Dezenas de lacerdistas espancaram estudantes e incendiaram o prédio da UNE. Grupos paramilitares, partidários do governador, também invadiram e depredaram as oficinas de *Última Hora*. A Federação Nacional dos Estivadores, dos Marítimos e outras organizações sindicais também foram tomadas pelas forças golpistas. O Ministério do Trabalho, com sede na Guanabara, também foi cercado pelos grupos lacerdistas. Milhares de pessoas foram presas.

Em Brasília, Goulart chegou ao Palácio do Planalto e, dali, foi para a Granja do Torto onde lançou um manifesto à Nação denunciando as forças reacionárias e o poder econômico que reagiam à implementação das reformas de base, à elevação do nível de vida da população e à democratização da sociedade. A seguir, foi para Porto Alegre. Flávio Tavares alega que "todos

tiveram responsabilidades no desastre". No Congresso Nacional, ele testemunhou as sessões que ocorreram dois dias antes do golpe. Os chamados "cardeais" da UDN, como Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Pedro Aleixo, ataçaram fogo contra o governo com um desfile de bravatas contínuas. Com Goulart ainda em território brasileiro, o presidente da Câmara, em tom dramático, declarou vago o cargo de presidente da República e convocou Ranieri Mazzilli, para assumir a chefia do governo. O Judiciário também foi conivente com o golpe na avaliação de Flávio Tavares. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, em vez de dizer que tudo aquilo era uma usurpação, foi ao Palácio do Planalto, como chefe do Poder Judiciário, para legitimar a posse de Mazzilli (Tavares, 1999, p. 151-153). Enquanto isso, no Rio de Janeiro, sargentos da Aeronáutica e, sobretudo, os fuzileiros navais insistiam na resistência. No entanto, não havia mais possibilidades.

Porto Alegre, nesse momento, era reduto trabalhista. Reunido com o comandante do III Exército Ladário Teles, Leonel Brizola e diversos generais, o presidente pediu a avaliação da situação militar. Apesar das opiniões otimistas de Ladário e de Brizola, os generais presentes, mais prudentes, mostraram que a capacidade de resistência era mínima. Além disso, resistir seria deflagrar a guerra civil no país. Goulart percebeu que o general Ladário estava isolado, dispondo de apenas uma única unidade, um regimento mecanizado com mil homens. Os golpistas, diversamente, tinham 50 mil homens armados dentro do estado marchando para a capital, os portos tomados pela Marinha, além dos aviões da FAB. A tentativa de resistência, alegaram os militares, seria sufocada em poucos dias. Goulart avaliou a situação militar, percebeu o risco, praticamente certo de guerra civil, e, sobretudo, já tinha informações sobre as articulações norte-americanas no golpe. Não se tratava apenas de um movimento militar, mas sim de uma ampla coalizão civil-militar brasileira com apoio de forças estrangeiras.¹⁸ O presidente, depois de pesar a disposição de forças, não aceitou a proposta de resistir. Naquele momento, ele não tinha mais alternativas. A resistência jogaria o país em uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis, foi a sua avaliação. Leonel Brizola, caindo na clandestinidade, ainda teve esperanças de organizar a resistência.¹⁹

CONCLUSÃO

Daquela sexta-feira, 13 de março, até 1º de abril, o conflito político entre os grupos antagônicos se redimensionou. Não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos. Os conservadores tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. O PTB, por sua vez, cresceu e se confundiu com os movimentos sociais que defendiam as reformas. Assim, os grupos progressistas da sociedade, representados pelos políticos nacionalistas e pelas alas radicais e fisiológicas do PTB, exigiam as reformas, mas, igualmente como seus adversários, sem valorizar a democracia (D'Araujo, 1996, p. 146). Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. Ambos os grupos, diz a autora, "subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas" (Figueiredo, 1993, p. 202). Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa.

O golpe militar, avaliado com razão Maria Celina D'Araujo, foi contra o PTB, sua prática política e suas lideranças. O partido surgiu aos olhos dos militares como um inimigo a ser combatido. A ruptura constitucional foi uma reação aos compromissos dos trabalhistas com as esquerdas no clima da Guerra Fria, as alianças que tentaram com setores militares, as propostas de fazer dos trabalhadores o sustentáculo privilegiado do poder e a estratégia de atuar pela via da participação direta. Além disso, o PTB era o partido que estava no poder (D'Araujo, 1996, p. 140). Não casualmente a queda de Goulart foi seguida pelo declínio político dos trabalhistas, com vários parlamentares cassados e, mais tarde, com a própria extinção do partido, bem como pela grande repressão ao movimento sindical, com intervenções em diversas entidades, prisões e cerceamento das liberdades básicas, como o direito de greve.

A derrubada de Goulart da presidência e o colapso da democracia no Brasil repercutiram entre os grupos nacionalistas e reformistas com grande surpresa. No entanto, para todos os protagonistas dos conflitos daquela época, como as esquerdas, a direita civil e os próprios militares, o golpe surgiu como uma grande incógnita. Como alguns depoimentos confirmam, não havia um projeto a favor de algo, mas *contra*. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma "limpeza" política. Somente mais adiante e com difíceis entendimentos entre facções das Forças Armadas, surgiria um "ideário" do regime dos militares (D'Araujo, Soares, Castro, 1994, p. 18). Segundo algumas versões, Goulart inicialmente imaginou que a intervenção militar repetiria as anteriores, como em 1945: o presidente é deposto, conhece o exílio dentro do território nacional e depois a vida política do país retoma os caminhos normais (Ryff, 1984, p. 216 e Jurema, 1983, p. 319). O governo trabalhista, a sociedade brasileira e mesmo os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe.

NOTAS

1. A primeira edição de *O colapso do populismo no Brasil* é de 1968. Para uma crítica veja Reis Filho, Daniel Araújo. "O colapso do colapso do populismo no Brasil". In Ferreira, Jorge (org.) (2001).
2. O interessante é que autores que reclamam para si a tradição marxista, inclusive com viés gramsciano, adotam em suas análises o determinismo econômico com clara influência estruturalista, descartando a ação dos grupos e das classes sociais, bem como um conceito caro ao marxismo: a luta de classes.
3. O clima de efervescência artística e intelectual tomou a sociedade brasileira. Em poucas ocasiões, nunca se produziu tanto como no início da década de 1960 e na presidência de Goulart. Oriundos ou não do CPC, diversos nomes, sejam de atores, escritores, cineastas e intelectuais, bastante conhecidos e marcantes na cultura nacional, começaram suas carreiras nessa época. Veja Ridenti, Marcelo (2000, p. 105-107).
4. Hércules Corrêa, militante comunista e líder sindical de projeção naquele período, admite que "a questão democrática não era a menina dos olhos do PCB naquela época. Negócio de democracia, para nós, era um negócio tático. Nós jogávamos muito

- na idéia do quanto pior, melhor. Achávamos que a revolução vinha por aí". Darcy Ribeiro corrobora a tese. Para ele, a teoria que as esquerdas se baseavam "era a teoria catastrófica, segundo a qual se você cria o caos, o caos é tão grande que do caos você sai para a utopia. Eles queriam sair do caos para o socialismo". Citado em Moraes, Denis (1989, p. 294 e 300, respectivamente).
5. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 de agosto de 2001, *Folha Mundo*, p. A17-A18
 6. Os números totais foram 9.457.488 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 contra.
 7. As citações que se seguem estão em Moraes, Denis (1989, p. 115).
 8. A legislação distinguia dois tipos de capitais estrangeiros. O primeiro, aqueles que entravam como divisas, investimentos produtivos, maquinarias etc. Para esses, era reconhecido o direito de enviar lucros ao exterior em até 10% ao ano. O segundo, capitais nacionais que pertenciam a estrangeiros, mas que se reproduziram dentro do próprio país, com o apoio do sistema bancário nacional, de incentivos governamentais ou do próprio mercado interno. Nesse caso, era proibido enviar lucros ao exterior. O governo norte-americano reagiu imediatamente. Ao mesmo tempo em que suspendeu todos os créditos para o governo federal, apoiou financeiramente alguns governadores de estados e municípios, mas somente os adversários de Goulart.
 9. As informações que se seguem estão em Parucker, Paulo Eduardo Castello (1992).
 10. Textos citados em Moraes, Denis de (1989, p. 97-98).
 11. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1963, p. 12.
 12. Em sua estratégia de luta extraparlamentar, Brizola, em fins de novembro de 1963, pregava a organização de "grupos de onze companheiros" ou "comandos nacionalistas". Segundo cálculos de Neiva Moreira, cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em grupos de "onze companheiros". O próprio Leonel Brizola avalia que 24 mil grupos se formaram em todo o país. A estratégia era a de que, com o crescimento e o fortalecimento dos "comandos nacionalistas", se formasse, em período muito curto, o embrião de um partido revolucionário. Moraes, Denis (1989, p. 329 e 353).
 13. As fontes que se seguem são: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 4-5; *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 6; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964, p. 14.
 14. A íntegra do discurso está em Pinheiro Neto, João (1993).
 15. A situação na Marinha de Guerra era explosiva, sobretudo pelas péssimas condições profissionais dos marinheiros, a alimentação péssima, os salários miseráveis, além dos regulamentos absurdos que impediam os subalternos de se casarem, condenando-os ao celibato, ao concubinato ou ao homossexualismo.
 16. As informações que se seguem estão em Moraes, Denis (1989), p. 101-104.
 17. Capitani, Avelino Bioen, (1997, p. 62).
 18. A avaliação de Goulart foi confidenciaada a Waldir Pires no exílio. Citada em Moraes, Denis (1989, p. 219).

19. Brizola ainda ficou um mês em Porto Alegre tentando organizar a resistência na clandestinidade, escondendo-se em casa de amigos. Com sua casa tomada pelo Exército, impedindo que sua mulher e filhos entrassem, Brizola, sem alternativa, refugiou-se na praia de Capão da Canoa, a 130 km de Porto Alegre. *O Rio Grande Semanal*. Porto Alegre, 6 a 12 de setembro de 1979, p. 18. Caçado pelo Exército, sem ter para onde ir, ele foi salvo por Goulart. Sabendo da situação desesperadora do cunhado, o ex-presidente incumbiu seu piloto de resgatá-lo em uma praia do Rio Grande do Sul em operação de grande risco.

BIBLIOGRAFIA

- Bandeira, Moniz. 1977. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Capitani, Avelino Bioen. 1997. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Castelo Branco, Carlos; Dines, Alberto; Neto, Araújo; Duarte, Eurico e outros. 1964. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro.
- D'Araujo, Maria Celina. 1996. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- D'Araujo, Maria Celina; Soares, Gláucio A.; Castro, Celso. 1994. *Visões do golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. 1989. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero.
- . 1986. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil. 1961-1964*. Petrópolis: Vozes.
- Dreifuss, René A. 1987. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- Faria, Hugo (depoimento). 1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC — História Oral.
- Ferreira, Jorge (org.). 2001. *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, Marieta de Moraes e Benjamin, César. 1984. "Goulart, João". In Beloch, Israel; Abreu, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/CPDOC/FINER.
- Figueiredo, Argelina Cheibub. 1993. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- Jurema, Abelardo (depoimento). 1983. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV — História Oral.
- Labaki, Amir. 1986. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense.
- Levilain, Philippe. 1996. "Os protagonistas da biografia". In Remond, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFRJ.

- Moraes, Denis. 1989. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Otero, Jorge. *João Goulart*. 2001. Lembranças do exílio. Rio de Janeiro, Casa Jorge.
- Parucker, Paulo Eduardo Castello. 1992. *Praças em pé de guerra*. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964. Dissertação de mestrado — PPGH/ICHF/UFF, Niterói.
- Pinheiro Neto, João. 1993. *Jango; um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record.
- Ribeiro, Darcy. 1998. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ridenti, Marcelo. 2000. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record.
- Ryff, Raul (depoimento). 1984. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV — História Oral.
- Santos, Andréa Paula dos. 1998. *À esquerda das Forças Armadas brasileiras*. História oral de vida de militares nacionalistas de Esquerda. Dissertação de mestrado — FFLCH-USP, Niterói.
- Santos, Wanderley Guilherme. 1986. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Rio de Janeiro: Vértice.
- Silva, Helio. 1975. *1964: golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM.
- Skidmore, Thomas. 1969. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga.
- Talarico, José Gomes. 1982. (depoimento). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV — História Oral.
- Tavares, Flávio. 1999. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo.
- Toledo, Caio Navarro de (org.). 1997. *1964 Visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp.
- Victor, Mário. 1965. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.